



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

ARAPIRACA-AL / 2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública Bacharelado do Campus Arapiraca, elaborado com objetivo da sua adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais e objetivando a implantação da política de interiorização da UFAL.

ARAPIRACA-AL / 2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PARA O CAMPUS ARAPIRACA:

Profº. Msc. Acurcio Castelo David

Profº. Dr. André Luis Nascimento

Profª. Dra. Andrea Yumi Kanikadan

Profº. Msc. Fabiano Santana dos Santos

Profº. Dr. Renato Luis Pinto Miranda



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

Sumário

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	6
1.1 Portaria de Reconhecimento.....	7
1.2 Objetivo.....	7
1.3 Forma de Ingresso.....	8
1.4 Colegiado do Curso.....	8
2. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA.....	9
2.1 O Ensino de Administração no Brasil.....	9
2.2 Análise do Macro Ambiente.....	10
2.3 Análise do Micro Ambiente.....	12
3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS.....	19
4. PERFIL DO EGRESSO.....	21
4.1 Habilidades/Competências/Atitudes.....	22
4.2 Habilitações/Ênfases.....	24
5. CONTEÚDOS/MATRIZ CURRICULAR.....	25
6. METODOLOGIA.....	27
7. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA.....	30
7.1 Quadro Resumo de Distribuição de Carga Horária.....	30
7.2 Quadro Resumo de Conteúdos por Área: Administração Geral ou Pública.....	31
7.3 Quadro Resumo de Conversão para Horas-Relógio.....	31
8. ORDENAMENTO CURRICULAR.....	32
8.1 Estrutura do Curso.....	32



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

9. ORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS POR SEMESTRE	34
10. ESTÁGIO SUPERVISIONADO	38
11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC.....	42
12. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	45
13. INCENTIVO À PESQUISA	47
14. APOIO AO DISCENTE.....	48
15. AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO.....	50
15.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO	51
15.2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM	54
15.3 INSTRUMENTOS COMPLEMENTARES DE AVALIAÇÃO	56
15.4 INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROFESSOR E DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.....	56
15.5 INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	57
16. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO - TICS	58
17. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE	59
18. REFERÊNCIAS CONSULTADAS.....	61
19. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS DO CURSO	61
19.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS.....	61
19.2 DISCIPLINAS ELETIVAS	92





UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO: Graduação em Administração Pública

TÍTULO CONFERIDO: Bacharel em Administração Pública

MODALIDADE: Presencial

DATA DE INÍCIO: 11 DE OUTUBRO DE 2011

NÚMERO DE VAGAS: 40

TURNO: Noturno

TEMPO MÍNIMO E MÁXIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO:

MÍNIMA: 380 horas/Semestre

MÁXIMA: 400 horas/Semestre

NOME DA IES: Universidade Federal de Alagoas

ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO: Avenida Manoel Severino
Barbosa, s/n, Bom Sucesso, Arapiraca/AL, CEP 57309-005

ENDEREÇO SEDE: Av. Lourival Melo Mota, s/n, Cidade Universitária, Maceió/AL,
CEP 57072-900

BASE LEGAL: A Universidade Federal de Alagoas foi criada em 25 de janeiro de
1961, pela Lei 3.867 por ato do então presidente Juscelino Kubitschek.

Perfil e missão da IES:

A UFAL tem por missão produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as
áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, a justiça social, o
desenvolvimento humano e o bem comum.

Breve histórico da IES:

A Universidade Federal de Alagoas – maior instituição pública de ensino superior do
Estado - foi criada em 25 de janeiro de 1961, por ato do então presidente Juscelino



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

Kubitscheck, reunindo as Faculdades de Direito (1933); Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957).

O novo Estatuto da Ufal, aprovado pela Portaria do MEC nº 4.067, de 29 de dezembro de 2003, estabeleceu critérios para que um Centro ou Departamento pudesse se tornar uma Unidade Acadêmica. Em janeiro de 2006, foi homologado o Regimento Geral, por meio da Resolução Nº 01/2006 – CONSUNI/CEPE, que deu origem a uma nova estrutura organizacional.

Dentro do Plano de Expansão das instituições públicas de ensino superior, denominado Expansão com Interiorização, do Governo Federal, a Ufal criou, em 2006, o Campus Arapiraca, no agreste alagoano, que se estende de sua sede, em Arapiraca, para as unidades em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa. Em 2010, foi inaugurado o Campus do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia e a unidade de Santana do Ipanema.

1.1 Portaria de Autorização

PORTARIA Nº 407, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

CARGA HORÁRIA: 3.650 horas

DURAÇÃO: Mínima: 4 anos / Máxima: 6 anos

1.2 Objetivo

A concepção do Curso de Administração Pública Bacharelado tem por objetivo propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores ou gestores públicos na administração pública estatal e não estatal, nacional e internacional, enquanto analistas formuladores de políticas públicas. Procura-se formar gestores públicos capazes de perceber de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural onde estão inseridos e assim tomarem decisões que venham a contribuir para o desenvolvimento da área pública, em seu contexto diversificado e interdependente.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

1.3 Forma de Ingresso

Desde 2011, a principal forma de ingresso aos cursos de graduação da UFAL é através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), substituindo a Resolução nº 18/2005 – CEPE, de 11 de julho de 2005, que trata do Processo Seletivo da Universidade Federal de Alagoas. Outras resoluções e legislações nacionais normatizam as demais formas de ingresso no curso através de transferência, reopção, matrícula de diplomados, Programa de Estudantes-Convênio de Graduação, ex-officio etc. Todas essas resoluções estão disponibilizadas no endereço eletrônico: www.ufal.br, mais especificamente na página da PROGRAD, em normas acadêmicas.

1.4 Colegiado do Curso

TITULARES

Prof^o. Fabiano Santana dos Santos

Prof^o. Renato Luis Pinto Miranda

Prof^o. Acurcio Castelo David

Prof^o. Bruno Setton Gonçalves

Prof^o. André Luis Nascimento

SUPLENTES

Prof^o. João Martins Tude

Prof^a. Grace Kelly M. Rodrigues

Prof^a. Andrea Yumi Kanikadan

Prof^a. Ademária Aparecida de Souza

Prof^o. Anderson de Alencar Menezes

Representantes dos Técnicos: Adlany Keliny Barbosa Freire (**Titular**) Maria José dos Santos (**Suplente**)

Representante Discente: Edja Lopes Rocha (**Titular**) Cássio Barbosa do Nascimento (**Suplente**)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

2.INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

2.1 O Ensino de Administração no Brasil

Foi através da criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1938, que começou a história do ensino de Administração no Brasil. Porém, a FGV só consolida, efetivamente, a parte de ensino em 1952, com a criação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), no Rio de Janeiro. Logo em seguida, a FGV cria a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), em 1954, voltada para o mundo empresarial. Paralelamente a isso, nasce em 1934 a Universidade de São Paulo (USP) que veio a criar em 1946 a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC).

Assim, observa-se que os cursos foram criados num primeiro momento para a formação de administradores especialistas em administração pública e, posteriormente, para a formação de especialistas para o setor produtivo. Dentro desse raciocínio, a demanda da sociedade é quem tem conduzido muitos dos projetos pedagógicos dos diversos cursos existentes atualmente no ensino de administração.

Importante se faz dizer que o surgimento dos cursos de administração está totalmente ligado ao cenário político-econômico da época. Por serem São Paulo e Rio de Janeiro os grandes centros de decisão política e de poder econômico, se constituíram ambiente propício para o nascimento dos cursos de administração.

Na contemporaneidade, os cursos de Bacharelado em Administração Pública vêm ao encontro das necessidades das organizações públicas, considerando as dinâmicas nas quais se inserem. Nesse sentido, o processo de formação dos gestores públicos busca



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

prepará-los a partir de uma visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitando-os para exercer a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos do país.

O processo de mundialização que estamos vivendo, como uma das grandes questões dos últimos tempos, demanda a “chamada integração (assimétrica) dos mercados mundiais, novos modelos produtivos, homogeneização cultural e redefinição geopolítica” (PROJETO DE INTERIORIZAÇÃO, 2005), tendo à frente profissionais capazes de atender à essas novas demandas. Salienta-se o papel das localidades para que se diferenciem dos outros, numa busca por suas especificidades.

2.2 Análise do Macro Ambiente

O ensino de graduação em administração pública está novamente se valorizando. Essa perspectiva resulta da conjuntura do Estado e estimula-se com os projetos de reforma administrativa além do crescimento do setor público não-estatal (COELHO, 2008).

Desde os anos oitenta com a crise da dívida, de intervenção estatal juntamente com a redemocratização no país, a Constituição de 1988, e, principalmente, a partir dos anos noventa com a agenda de reforma do Estado, a gestão pública no Brasil está em transformação; quer seja na dimensão do ajuste/equilíbrio fiscal, na desregulamentação de setores, na privatização e nas parcerias público-privadas; ou ainda com as inovações gerenciais, a descentralização de políticas e recursos, a valorização do cidadão-usuário.

Todos esses fatos, somados a demanda por transparência, *accountability* e participação social, têm provocado reorganizações nas relações entre Estado e sociedade, enfraquecendo a centralização governamental e reforçando a governança e o controle social.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

Em 1995 o cadastro da SESU/MEC registrava treze cursos de graduação em administração pública no Brasil; em 2006 totalizam-se 93 cursos superiores de administração pública, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Certamente, essa expansão foi propiciada pelo macro ambiente favorável à gestão pública, ensejando-a como campo profissional e como campo teórico no bojo das transformações do Estado brasileiro.

No setor público-estatal, o mercado de trabalho para o administrador público movimenta-se com os concursos para carreiras estratégicas de gestão governamental e de políticas públicas. No setor público não-estatal, o boom institucional e a diversificação de objetivos fazem com que novas organizações da sociedade civil desponham enquanto as já existentes modificam seu padrão de atuação (COELHO, 2008). A ideia de participação social, central nesta reforma do Estado, requer uma sociedade civil ativa e propositiva, com organizações capazes de solicitar apoio e cooperação de agências nacionais (governamentais e não-governamentais) e internacionais.

O processo de descentralização de algumas atividades públicas vem se desdobrando por meio da criação de unidades de gestão de menor porte, constituindo-se num dos movimentos mais marcantes observados na consecução das políticas públicas contemporâneas. Desse modo, cresce a demanda por mão-de-obra qualificada para gerir a coisa pública. Embora existam divergências sobre os números exatos do aumento do



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

número de vagas na esfera pública¹, o Sindfisco-RS divulgou que as três esferas de governo chegaram a criar 112 mil postos de trabalho, em 2008, e 454 mil, no ano de 2009.

Ademais, nos últimos anos, o governo federal, através de suas novas políticas de ciência e tecnologia, vem incentivando e apoiando pesquisas que contemplem uma aproximação entre universidade, organizações públicas e sociedade. Exemplo destas políticas é a criação dos Fundos Setoriais que direcionam recursos para áreas de pesquisas específicas com o objetivo de alavancar a capacidade tecnológica das organizações e propiciar às universidades o desenvolvimento de pesquisas que tenham aplicação na sociedade em geral.

Essas novas realidades requerem novas formas de ação, por isso o curso de graduação em Administração Pública do Campus Arapiraca insere-se neste contexto, procurando contribuir para a profissionalização da gestão pública em Alagoas.

2.3 Análise do Micro Ambiente

O estado de Alagoas possui uma extensão territorial de 27.767.661 km², sendo composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões. Sua população residente estimada é de 3.000.938 habitantes, sendo 73,99% em meio urbano (SEPLANDE, 2013 – ALAGOAS EM NÚMEROS). A UFAL desenvolve atividades presenciais através de seus campi e

¹ Conquanto os dados mensais do Cadastro Geral de Empregados e Desligados (Caged) do Ministério do Trabalho tenham apontado apenas a criação de 18 mil vagas na administração pública, ao longo de 2009, a própria diretoria do Departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho reconhece que isso se deve ao fato de o Caged registrar apenas as contratações feitas pelo regime da CLT – emprego com carteira assinada. O Caged desconsidera as vagas para estatutários, inclusive os militares e trabalhadores temporários.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

Unidades Educacionais em 06 dos 10 municípios mais populosos do Estado: Maceió, Arapiraca, Palmeira dos Índios, Rio Largo, Penedo e Delmiro Gouveia. (PDI-UFAL, 2013-2017)

Em 2011, o PIB do estado chegou ao montante de R\$ 28.540 milhões, sendo o PIB per capita de R\$ 9.079,00. O setor de serviços figura como o mais representativo na composição do valor agregado da economia, alcançando o percentual de 68,70%, em 2011. Os demais 31,30% encontram-se distribuídos entre atividades agrárias – tradicionalmente policultura no Agreste, pecuária no Sertão e cana-de-açúcar na Zona da Mata - industriais - petróleo, gás natural, açúcar, álcool e cimento Portland. Vale mencionar, também, nesse contexto, a importância do turismo alagoano, fundado nas belezas naturais locais que chegaram a representar um fluxo de 638.499 hóspedes registrados somente na rede hoteleira da cidade de Maceió, no ano de 2012 (SEPLANDE-AL, 2013).

As constantes crises econômicas e administrativas enfrentadas pelo Brasil, nas últimas décadas do século XX, trouxeram a necessidade de adequação do aparato público estatal e não estatal a essas novas realidades. Nesse cenário, por ser um estado pequeno, com base funcional no serviço público, de poucos negócios e de administração tradicionalmente familiar, no qual a gestão essencialmente profissional ainda é objeto de especulações, Alagoas carece de um maior foco na consecução do ensino sobre a Administração Pública, a fim de formar e capacitar gestores capazes de promover a ampliação das taxas de crescimento, segundo a proporção das reais necessidades alagoanas.

A população está crescendo, assim como as ofertas de vagas para as organizações públicas de Alagoas. De 2007 a 2011 a população alagoana cresceu de 3.091.622 para 3.184.259 habitantes, ao mesmo tempo em que os empregos formais na Administração



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

Pública também subiram de 140.849 para 148.423 postos de trabalho no estado. Assim sendo, sem um adequado gerenciamento e a criação de um novo horizonte para a qualificação de mão-de-obra do setor público, as organizações alagoanas não conseguirão atender as necessidades sociais de amplitude regional e local (SEPLANDE, 2013 – RESENHA ESTATÍSTICA).

O governo federal, por seu turno, partindo de um cenário onde as organizações públicas geram um grande número de empregos no país, vislumbra a necessidade de se criar um perfil de gestor público sensível às inovações no campo do social. O movimento de economia solidária, gestão social, criação de incubadoras e parques tecnológicos, gestão financeira e de projetos faz parte desse processo. Segundo os dados do IBGE, pautados no Cadastro Central de Empresas, o número de entidades privadas e associações sem fins lucrativos cresceu de 211.787, em 1996, para 601.611, em 2005, representando assim uma significativa ampliação do chamado Terceiro Setor. A capacitação de gestores públicos habilitados a atuarem em novos campos de trabalho, como, por exemplo, a esfera pública não estatal, acaba por ganhar relevo nesse cenário. Tais demandas sociais evidenciam, portanto, a premente necessidade de formação de novas gerações de profissionais conectados com as demandas contemporâneas.

No que tange, especificamente, ao contexto da mesorregião do Agreste Alagoano, vale mencionar a sua composição a partir de três microrregiões: Palmeira dos Índios, Arapiraca e Traipu, subdivididas no total de vinte e quatro municípios.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 CAMPUS ARAPIRACA
 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 BACHARELADO



Município	Ext. Territ. (Km²)	Popul.	PIB (mil reais)	PIB per capita (reais)	Valor Adic. (Agropec.) (mil reais)	Valor Adic. (Indústria) (mil reais)	Valor Adic. (Serviços) (mil reais)
Arapiraca	356.181	227.640	2.173.811	10.058,91	36.722	326.180	1.545.228
Belém	48.630	4.737	2.884	4.697,22	2.930	1.708	15.790
Cacimbinhas	272.980	10.729	45.046	4.396,83	6.885	4.649	32.280
Campo Grande	167.321	9.631	33.922	3.749,98	2.345	4.714	25.486
Coité do Noia	88.510	11.110	37.881	3.492,99	2.733	3.725	30.646
Craíbas	271.333	23.885	83.327	3.657,24	9.673	8.115	63.272



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

Estrela de Alagoas	259.770	18.123	64.414	3.716,48	6.411	6.270	50.485
Feira Grande	172.747	22.377	80.281	3.762,34	7.700	7.304	63.622
Girau do Ponciano	500.620	39.657	127.450	3.433,65	12.849	11.985	99.287
Igaci	334.453	26.051	94.946	3.773,99	12.340	9.479	70.961
Lagoa da Canoa	88.450	18.566	67.824	3.743,67	6.677	6.363	53.117
Limoeiro de Anadia	315.778	28.244	99.563	3.658,38	13.669	8.450	75.880
Maribondo	174.281	13.807	66.353	4.914,34	3.520	6.026	53.207
Mar Vermelho	93.102	3.698	15.986	4.416,14	1.909	1.429	12.280
Minador do Negrão	167.606	5.439	25.226	4.792,99	3.915	2.768	17.990
Olho d'Água Grande	118.510	5.159	19.159	3.857,97	1.814	1.792	15.123
Palmeira dos Índios	452.706	73.532	465.494	6.597,51	17.387	102.830	311.239
Paulo Jacinto	118.457	7.685	28.499	3.841,41	3.235	2.880	21.418
Quebrangulo	319.832	11.700	58.419	5.122,71	5.206	14.138	37.016
São Brás	139.945	7.006	55.225	8.204,56	1.611	28.869	23.335
São Sebastião	315.105	33.826	166.070	5.152,34	25.233	12.660	118.786
Tanque d'Arca	129.509	6.374	24.950	4.099,65	3.515	2.130	18.783
Taquarana	166.046	19.725	79.114	4.126,56	9.255	6.846	60.991
Traipu	697.967	27.488	79.079	3.055,62	6.675	7.974	62.827

Fonte: com base nos dados do IBGE

Arapiraca, distante a 128 Km de Maceió, é o segundo Município em termos populacionais e em termos econômicos no estado de Alagoas. Tendo em vista sua importância dentro de inúmeros aspectos para o estado, sua escolha para ser a sede do Campus do Agreste, no projeto de interiorização da Universidade Federal de Alagoas, é amplamente fundamentada.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

Segundo os dados fornecidos pela SEPLANDE, no ano de 2011, Alagoas possuía 150.244 alunos matriculados no ensino médio. Desse total, 30,8% das matrículas estavam na capital e 69,2% no interior. Tais percentuais justificam a forte expansão recente da UFAL para o interior, de modo a atender essa demanda representada pelos alunos do interior que saem do ensino médio em busca de uma qualificação universitária (Plano de Desenvolvimento Institucional – UFAL, 2013-2017).

O número de matrículas efetuadas no ensino superior de Alagoas saltou de 14.172, em 1991, para 46.597, em 2007 (INEP). Nesse processo de ampliação e interiorização da oferta de vagas universitárias no contexto alagoano, os cursos de Administração Pública chegam ao número de cinco. Segundo o cadastro disponibilizado pelo E-Mec, algumas das instituições credenciadas são, além da própria UFAL, a Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL; e o Centro Universitário CESMAC.

Além do presente curso presencial de Bacharelado em Administração Pública, a UFAL oferece também outros quatro cursos voltados para a área de Administração Pública, um de graduação e outros três de pós-graduação (Especialização em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde), entretanto na modalidade Educação à Distância – EAD. O investimento na modalidade EAD evidencia o quão importante é a oferta de um curso dessa natureza no interior de Alagoas, pois, embora tenha sua coordenação acadêmica situada no campus da capital Maceió, os pólos de educação encontram-se espalhados pelas diversas cidades do interior, conferindo maior capilaridade e alcance à formação dos gestores públicos nos territórios cujas demandas são mais perceptíveis.

A demanda por profissionais qualificados na área da gestão pública extrapola o contexto universitário de formação. A importância e escassez de pessoal habilitado nesta seara



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

ficam demonstradas a partir da construção de “escolas de governo” pelos próprios poderes públicos, voltadas para a capacitação de servidores e demais atores envolvidos com a consecução das atividades da máquina pública. Como se não bastasse a constituição da “Escola de Governo do Estado de Alagoas”, financiada pelo Governo do Estado, a prefeitura de Arapiraca instituiu também a sua “Escola de Governo Municipal de Arapiraca”, fundada em 1998, com o fito de suprir as necessidades locais por gestores públicos qualificados.

Vale ressaltar que no momento a região carece de espaços para a ampliação da formação acadêmica de quadros especializados na área, uma feita que o Estado não possui um programa *stricto sensu* (mestrado e doutorado) na área da Gestão. Assim sendo, somente a consolidação dos cursos de graduação em Administração Geral e Administração Pública será capaz de constituir o alicerce para o fomento da pesquisa e aprofundamento da produção de conhecimento na área no contexto local.

Neste cenário de demandas e possibilidades, surge o curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca, através do processo de expansão das Universidades públicas federais, que tem como missão o de promover o desenvolvimento local, com a introdução de conhecimentos, técnicas e capacitação para a população em sua área de abrangência, tornando-se um instrumento na promoção das mudanças sócio-econômicas da região do Agreste Alagoano.

Diante de tal configuração, a Universidade Federal de Alagoas percebe a existência de demanda social para oferta de um Curso em Administração Pública, com foco em duas principais linhas de formação Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas; Estado, Desenvolvimento e Sociedade, considerando as características, necessidades e funções das organizações públicas existentes na região. A cidade de Arapiraca é um centro escolhido para ofertar essa graduação em Administração Pública, por ser logisticamente



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

aproximada dos demais municípios do agreste alagoano.

O Curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas nasceu, portanto, em 2011 – na modalidade presencial, dando sequência a implantação do Campus Arapiraca e demais pólos iniciada no segundo semestre do ano de 2006, aprovados pela Resolução nº 20/2005 – CEPE/UFAL, de 01 de agosto de 2005, concluindo assim, a primeira etapa do processo de interiorização da UFAL. Assim sendo, o Curso de Administração Pública na modalidade presencial em Arapiraca sinaliza uma ampliação da oferta de cursos pelo Campus Arapiraca, atendendo a demanda do REUNI.

Por estar convencida da sua contribuição para o desenvolvimento local do Estado, a Universidade Federal de Alagoas vem, através deste projeto, apresentar a configuração política pedagógica para o novo Curso de Administração Pública da UFAL, sediado neste Município. O presente documento, não é, simplesmente, a articulação de uma série de itens contendo meios e modos adotados por uma instituição de Ensino para implementar um processo educacional, mas que seus elementos constituintes devem expressar conceitos e práticas capazes de garantir a educação de um profissional.

3.POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

A concepção do curso de Administração Pública no campus Arapiraca faz parte do projeto de interiorização das universidades federais proposto pelo governo onde a UFAL, por meio de seu projeto de desenvolvimento institucional promove e apoia esta interiorização de diversas formas. As políticas institucionais desdobram-se em Políticas de Ensino, Políticas de Extensão e Políticas de Pesquisa, Inovação e Empreendedorismo (Plano de Desenvolvimento Institucional – UFAL, 2013-2017).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

Nas Políticas de Ensino encontram-se as ferramentas disponíveis para a viabilizar ambientes virtuais de ensino, com a Plataforma Moodle. Além desta, existem políticas institucionais que viabilizam os Programas de Monitoria, onde alunos são chamados a participar destes programas por meio de editais lançados semestralmente, conforme demanda do curso. O curso de Administração Pública oferece atualmente 3 vagas com bolsa. O ensino de pós-graduação também é contemplado e embora não exista um curso de pós-graduação, nossos docentes têm sido beneficiados nos programas MINTER's (Mestrado Interinstitucional) e DINTER's (Doutorado Interinstitucional) cuja concepção se deu visando a formação de recursos humanos nas Instituições Receptoras através de cursos de pós-graduação ofertados por Programas reconhecidos e consolidados. Contamos com um docente do quadro efetivo beneficiário deste programa.

No que se refere à extensão, o curso de Administração Pública do Campus Arapiraca realiza ações desde 2011, em conjunto com o curso de Administração (vespertino), tendo o envolvimento de alunos e professores. As atividades de extensão foram: Curso Mercado de Capitais - Make Money (2012); Congresso de Administração – Gestão para o Desenvolvimento (2013); participação na palestra do prof. Dr. Reginaldo Souza Santos, “Desenvolvimento e Políticas Públicas no Brasil no Contexto de Crises: Um olhar da Administração Política”, realizada na Faculdade de Administração e Contabilidade – FEAC/ Campus Maceió (2013); Semana do Administrador – Entre a gestão dos interesses público e privado, a figura do Administrador (2013), alguns deles em parceria com a reitoria da UFAL, prefeitura de municipal de Arapiraca, prefeituras do agreste alagoano, Conselho Regional de Administração e organizações e empresas locais. Além da realização de eventos, os alunos encontram-se envolvidos na elaboração de diagnóstico e materiais didáticos para o projeto de capacitação de gestores públicos, financiado pelo programa da FAPEAL. Essas ações são relacionadas à estratégia da política de extensão da UFAL, de acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária, em que a Universidade deve participar dos movimentos sociais,



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil.

Para as políticas de pesquisa e inovação, existem iniciativas de apoio aos projetos de pesquisa, contando com recursos advindos de editais internos como o PIBIP-Ação (Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa-Ação), PAINTER (Programa de Ações Interdisciplinares) e; externos, como FAPEAL (por meio do Programa de Auxílio à Pesquisa nº 08/2012).

O curso de Administração Pública estimula a participação de seus alunos em atividades como: desafio SEBRAE, elaboração de estudos que sejam transformados em artigos científicos para publicação como foi o caso de um artigo apresentado no XI Congresso Brasileiro de Gestão do Conhecimento (2012); 4 trabalhos apresentados no Congresso Acadêmico Integrado de Inovação e Tecnologia (2013); 4 artigos de opinião publicados por alunos e professores no Jornal Folha Noroeste, Jales/SP (2013); orientação de bolsistas para monitoria (disciplinas de noções de matemática e estatística, e contabilidade básica), elaboração e fundação do Centro Acadêmico de Administração Pública.

Os professores do curso de Administração Pública vêm elaborando novos projetos de pesquisa e extensão, submetendo-os aos editais de financiamento, ora em aberto. Ademais, o curso protagonizará a organização do V Encontro de Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil, a ser realizado em Arapiraca, em Julho de 2014.

4.PERFIL DO EGRESSO

O curso de Administração Pública da UFAL está organizado visando formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, linha de formação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

específica, seminários temáticos, estágio supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso, a formação de competências que prepare o egresso às contingências da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista e integrado, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural da realidade em que se encontra inserido. Um profissional detentor de amplo portfólio de conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprimoramento da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas.

Neste sentido, a seguir serão apontadas as habilidades, competências e atitudes que serão trabalhadas no transcorrer do curso e que contemplarão o perfil do egresso ora delineado.

4.1 Habilidades/Competências/Atitudes

Entre as décadas de 1980 e 1990, uma extensa pauta internacional movimentada pelas Organizações Internacionais preconizava a necessidade de reformas dos Estados latino-americanos, a fim de adequar as estruturas de Estado aos novos modelos de acumulação capitalista. Assim sendo, a agenda da Nova Administração Pública encontrou abrigo nesses Estados, seja por conta das condicionalidades que se lhes impunham, seja pelo próprio processo de escolha política realizada pelas suas elites. Dentre tantos tópicos dessa ampla agenda, a transferência de responsabilidades dos Estados para o “não governamental”, sobretudo no que concerne a prestação dos serviços públicos, figurava como saída para o inchaço do Estado que necessitava ser desonerado para bem cumprir não mais a função de Estado interventor, mas, tão somente, o Estado mediador.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

Nesse sentido, a Gestão Pública criou novo modelo, com novas instituições e institutos jurídicos. Para atender às expectativas dessa sociedade emergente, o curso de Bacharelado em Administração Pública busca formar profissionais capacitados a pensar a Administração Pública à luz da interdisciplinaridade, tendo em mente o diálogo com o Direito, a Economia, com a História, com a Política Nacional, com as Relações Internacionais.

Ademais, estes profissionais devem estar informados quanto aos novos arranjos jurídicos e institucionais que permitem e possibilitam as parcerias entre o Estado e o “não governamental”, seja ele de matriz Empresarial, seja ele oriundo das Organizações da Sociedade Civil.

Um perfil de competência sólida e moderna, com condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seus trabalhos, apresentando habilidades para pró-atividade e criatividade. Uma visão sistêmica, dotada de percepção do cenário político-institucional em que se desdobram as ações públicas, também faz parte do rol de habilidades presentes na formação do aluno.

A formação dos gestores públicos, egressos do presente curso, volta-se para habilitá-los a pensar soluções para o desenvolvimento da sua realidade local a partir dela própria.

A percepção crítica do contexto histórico-concreto no qual se encontra traduz-se no ponto de partida, portanto, para a construção de estratégias de negociação e tomada de decisão, articulando esforços entre as proposições do poder público local e os interesses dos demais atores sociais.

O egresso do curso de Administração Pública estará apto a:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

- i - reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- ii - apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- iii - desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do ethos republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- iv - estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- v - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- vi - expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- vii - ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

4.2 Habilitações/Ênfases

A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de egressos capazes de atuarem de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos e desenvolvimento das organizações governamentais e não governamentais, de forma a possibilitá-las atender às necessidades e ao desenvolvimento da sociedade.

Para tal, o curso contempla sólida formação nas teorias administrativas, enfatiza o



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de governo.

Buscando oportunizar a formação de profissionais para atuarem como gestores em áreas específicas da administração pública, o curso oferece duas Linhas de Formação Específica (LFE), a saber:

- Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas
- Estado, Desenvolvimento e Sociedade

5. CONTEÚDOS/MATRIZ CURRICULAR

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações públicas e do meio, utilizando tecnologias inovadoras assim como atendendo aos seguintes campos interligados de formação, conforme especificado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Administração:

i. *Conteúdos de Formação Básica* - relacionados com estudos sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas, através das disciplinas: Sociedade, Natureza e Desenvolvimento; Produção do Conhecimento: Ciência e Não Ciência; Instituições de Direito Público e Privado; Lógica, Informação e Comunicação; Noções de Administração; Introdução às Ciências Econômicas; Metodologia da Pesquisa e do Estudo em Administração;



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

Sistema de Informação Gerencial, Microeconomia, Macroeconomia; Informação Contábil para a Gestão; Seminário Integrador I e II; Economia Brasileira.

ii. *Conteúdos de Formação Profissional* - relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, suprimentos e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento, por meio das disciplinas: Teorias da Administração; Comportamento Organizacional; Sociedade Moderna, Estado e Racionalidade; Teorias da Administração Pública; Contabilidade Pública; Auditoria e Controladoria; Elaboração e Gestão de Projetos; Legislação Tributária; Direito Administrativo; Políticas Públicas e Sociais; Planejamento e Programação na Administração Pública; Governança na Administração Pública; Processos Organizacionais; Processo Decisório em Organização Pública; Finanças Públicas e Orçamento; Gestão de Pessoas no Setor Público; Logística e Suprimentos na Área pública; Comunicação nas Organizações Públicas; Estratégias de Desenvolvimento Sociais de Territórios; Gestão de Informação nas Organizações Públicas; Marcos Regulatórios.

iii. *Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias*: abrangendo pesquisa operacional, matemática, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração, contemplados nas disciplinas: Matemática I; Estatística I; Matemática Financeira e Análise de Investimento; Estatística Avançada para Gestão, além de conteúdos transversais apresentados em outras disciplinas.

iv. *Conteúdos de Formação Complementar*: estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, contemplados nos seminários temáticos e atividades complementares.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

As disciplinas eletivas integrarão um dos Conteúdos de Formação descritos acima, de acordo com as respectivas ementas, descritas no tópico 19.2.

6. METODOLOGIA

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- i. Nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes, hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- ii. Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, da curiosidade e da criatividade;
- iii. Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos estudantes, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- iv. Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

v. Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los.

vi. Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas, baseadas nos aspectos: técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

A formação e o perfil do administrador público serão expressos através de duas dimensões:

- epistemológica: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública;
- profissionalizante: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas suas relações sócio-político, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

i. Transversalidade – Os conteúdos sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema. É importante também destacar que os conteúdos de Educação Ambiental regulamentados pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002, e de Relações Étnico-Raciais regulamentados pela Lei nº 11.645 de 10/03/2008 e a Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 serão trabalhados de forma transversal nas disciplinas do curso, a exemplo das disciplinas obrigatórias Estratégias de Desenvolvimento Social de Territórios, Políticas Públicas e Sociais, Gestão de Pessoas no Setor Público e Seminário Temático VI e das disciplinas eletivas Gestão de Organizações Associativas e Empreendimentos Solidários e Gestão Ambiental e Sustentabilidade.

ii. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar neles atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, assim como propiciando vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços.

Dentre as atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino estão os seminários temáticos e o Estágio Supervisionado, ambos possibilitam o desenvolvimento de pesquisas, articulando atividades acadêmicas com as necessidades do Estado e da sociedade, inserindo o discente em atividades reais de administração pública, aprimorando assim a sua formação profissional.

iii. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC – que pode ser de caráter científico (relatório de iniciação científica, artigo científico submetido a periódico ou congresso científico) ou estudo aplicado (relatório de resultados de intervenção ou relato de resultados de



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

projeto de extensão) desenvolvida pelo acadêmico, com foco nos conteúdos de gestão pública, estudados no curso. No TCC, o estudante deverá demonstrar significativo domínio do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de trabalhos acadêmicos. As normas complementares referentes ao TCC serão regulamentadas pelo Colegiado do Curso.

7. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

7.1 Quadro Resumo de Distribuição de Carga Horária

Conteúdos	Créditos	Carga Horária	%
Disciplinas Obrigatórias			
Conteúdos de Formação Básica (FB)	49	980	26,80
Conteúdos de Formação Profissional (FP)	69	1380	37,74
Conteúdos de Formação Complementar (FC) – linhas de formação	12	240	6,56
Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (EQT)	12	240	6,56
Conteúdos das Disciplinas Eletivas	06	120	3,28
Estágio Supervisionado (em formato de pesquisa e apresentação do Seminário Temático)	18	360	9,84
Atividades Complementares	12	240	6,56
Trabalho de Conclusão de curso	05	96	2,62
Carga Horária Total do Curso	183	3656	100

Outra forma de apresentar a distribuição da carga horária do curso recai sobre a ótica da administração geral ou pública, de acordo com o conteúdo e aplicações conferidos a cada disciplina.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

7.2 Quadro Resumo de Conteúdos por Área: Administração Geral ou Pública

Conteúdos por Área	Créditos	Carga Horária	%
Administração Geral	63	1.260	34,46
Administração Pública	67	1.340	36,65
Formação Complementar	12	240	6,56
Disciplinas Eletivas	06	120	3,28
Estágio Supervisionado	18	360	9,84
Atividades Complementares	12	240	6,56
Trabalho de Conclusão de curso	05	96	2,62
Total do Curso	183	3656	100

7.3 Quadro Resumo de Conversão para Horas-Relógio

Conteúdos	Horas-aula 50 min.	%	Horas-relógio 60 min. = 1 hora	%
Disciplinas Obrigatórias	2.960 h/a	80,96	2.466h	80,96
Estágio Supervisionado	360 h/a	9,84	300h	9,84
Atividades Complementares	240 h/a	6,56	200h	6,56
Trabalho de Conclusão de Curso TCC	96 h/a	2,62	80h	2,62
TOTAL	3.656 horas- aula	100	3.046 horas- relógio	100



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO



8. ORDENAMENTO CURRICULAR

8.1 Estrutura do Curso

A estrutura e conteúdo curricular com as bibliografias do Curso de Administração, contempla uma oferta semestral de disciplinas, organizadas mediante a seguinte configuração geral:

1. Tronco Inicial: Será desenvolvido o tronco comum de todos os cursos do projeto da interiorização da UFAL. O aluno terá uma visão geral sobre ciência, mundo e suas realidades, conhecimento científico e ferramentas lógicas para lidar com o conhecimento na era da informação. O Seminário Integrador I procura interligar as áreas de conhecimento.

2. Tronco Intermediário: Esse semestre representa o tronco intermediário para os cursos relacionados com o eixo gerencial do Campus Arapiraca e demais pólos. O aluno terá



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

uma visão integradora de disciplinas que fundamentarão o seu conhecimento sobre economia, administração e contabilidade, bem como técnicas quantitativas para raciocínio lógico. O Seminário Integrador II procura interligar as áreas de conhecimento do eixo gerencial.

3. Início do Tronco Profissional: A partir do 3º período do curso, as disciplinas ofertadas começam a dar o enfoque profissional às diferentes áreas de atuação do administrador público. Os semestres apresentam as seguintes características:

3º Semestre: O aluno inicia o módulo específico no curso de Administração. As disciplinas ofertadas apresentam ao aluno conteúdos da administração, economia, direito e contabilidade que pautarão toda a formação do administrador público.

4º Semestre: Nesse semestre os alunos terão disciplinas de conteúdo que versam sobre comportamento organizacional, teorias da administração pública, aspectos burocráticos da organização pública, e as específicas sobre contabilidade e direito na esfera pública.

5º Semestre: A característica desse semestre é introduzir o aluno nos conceitos teóricos e em algumas ferramentas gerenciais para gestão de organizações públicas.

6º Semestre: Aprofundamento dos aspectos profissionalizantes do aluno, com ênfase em processos organizacionais internos e sua interface com o macro contexto externo da administração pública.

7º Semestre: Um módulo profissionalizante caracterizado pela preocupação com o desenvolvimento social e, planejamento e acompanhamento na administração pública. Iniciada a oferta de disciplinas eletivas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

8º Semestre: Nesse último semestre, a gestão da comunicação e da informação é trabalhada, quer seja voltada para elaboração de projetos, para acompanhamento da gestão, ou para atender aos marcos regulatórios do setor em que a organização pública está inserida.

9. ORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS POR SEMESTRE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

<i>DISCIPLINA</i>	1º SEMESTRE				
	<i>CARGA HORARIA</i>	<i>Nº DE CREDITOS</i>	<i>NATUREZA</i>	<i>EIXO</i>	
Sociedade, Natureza e Desenvolvimento: relações locais e globais	120	06	Obrigatória	Tronco inicial	
Produção do Conhecimento: ciência e não ciência	120	06	Obrigatória	Tronco inicial	
Lógica, Informática e Comunicação	120	06	Obrigatória	Tronco inicial	
Seminário Integrador I	40	02	Obrigatória	Tronco inicial	
TOTAL	400	20			
	2º SEMESTRE				
Introdução às Ciências Econômicas	60	03	Obrigatória	Tronco Intermediário	
Noções de Administração	60	03	Obrigatória	Tronco Intermediário	
Sistemas de Informação Gerencial	60	03	Obrigatória	Tronco Intermediário	
Informação Contábil para Gestão	60	03	Obrigatória	Tronco Intermediário	
Matemática I	60	03	Obrigatória	Tronco Intermediário	
Estatística I	60	03	Obrigatória	Tronco Intermediário	
Seminário Integrador II	40	02	Obrigatória	Tronco Intermediário	
Total	400	20			
	3º SEMESTRE				
Contabilidade Pública	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional	
Microeconomia	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional	
Teorias da Administração	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional	
Estatística Avançada para Gestão	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional	
Instituições de Direito Público e Privado	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional	



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

Seminário Temático I	40	02	Obrigatória	Tronco Profissional
Metodologia da Pesquisa e do Estudo em Administração	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
TOTAL	400	20		

4º SEMESTRE

Auditoria e Controladoria	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
Direito Administrativo	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
Sociedade Moderna, Estado e Racionalidade	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
Macroeconomia	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
Comportamento Organizacional	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
Teorias da Administração Pública	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
Seminário Temático II	40	02	Obrigatória	Tronco Profissional
TOTAL	400	20		

5º SEMESTRE

Economia Brasileira	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
Gestão de Pessoas no Setor Público	120	06	Obrigatória	Tronco Profissional
Legislação Tributária	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
Matemática Financeira e Análise de Investimento	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
Processos Organizacionais	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
Seminário Temático III	40	02	Obrigatória	Tronco Profissional
TOTAL	400	20		

6º SEMESTRE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BACHARELADO

Políticas Públicas e Sociais	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
Logística e Suprimentos na área pública	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
Planejamento e Programação na Administração Pública	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
Processo Decisório em Organização Pública	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
Eletiva I	40	02	Obrigatória	Tronco Profissional
Seminário Temático IV	40	02	Obrigatória	Tronco Profissional
TOTAL	320	16		

7º SEMESTRE

Estratégias de Desenvolvimento Sociais de Territórios	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
Finanças Públicas e Orçamento	120	06	Obrigatória	Tronco Profissional
Governança na Administração Pública	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
ELETIVA II	40	02	Obrigatória	Tronco Profissional
Seminário Temático V	40	02	Obrigatória	Tronco Profissional
TOTAL	320	16		

8º SEMESTRE

Comunicação nas Organizações Públicas	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
Marcos Regulatórios	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
Gestão de Informação nas Organizações Públicas	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
Elaboração e Gestão de Projetos	60	03	Obrigatória	Tronco Profissional
ELETIVA III	40	02	Obrigatória	Tronco Profissional
Seminário Temático VI	40	02	Obrigatória	Tronco Profissional
TOTAL	320	16		

10. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio curricular é regulamentado na Universidade Federal de Alagoas pela Resolução nº 71/2006-COSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, constituída sob a vigência da Lei nº 6.494, de 07/12/1977, por sua vez, regulamentada pelos Decretos nº 87.497, de 1808/1982 e 89.467, de 21/03/1984. Ademais, funda-se também no que prescreve, bem como, incorpora os princípios e valores estatuídos no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) 2013-2017 dessa instituição.

Em 25 de setembro de 2008, sobreveio a chamada Lei do Estágio, de nº 11.788, responsável por regular as atividades de estágio em todo território nacional, modificando também os dispositivos do Artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho a respeito do contrato de aprendizagem. A nova lei, como dispõe seu art. 21, entrou em vigor na data de sua publicação, vigendo, portanto para os novos contratos de estágio a partir desta data, bem como para as prorrogações de estágio. Dispositivos legais anteriores sobre estágio foram expressamente revogados pela nova lei, em menção especial a Lei 6.494/77; já que esta dispunha especificamente sobre estágios e a Lei 8.859/94, que trazia modificações à mencionada Lei de 1977.

A Lei do Estágio 11.788/08 possui 22 artigos, nos quais são dispostas as regras para os estágios de qualquer área. A lei se preocupa em definir o que seja o estágio, bem como frisar que se trata de uma atividade unida à educação, funcionando como uma espécie de apresentação do estudante à vida profissional. Atividades de extensão, monitorias e iniciação científica, em regra não são equiparadas ao estágio, mas a nova lei permite que haja tal equiparação se estiver prevista no projeto pedagógico do curso respectivo.

Os estágios são divididos em obrigatórios e não-obrigatórios. Somente para os obrigatórios é que a nova lei estabelece requisitos básicos e ainda indica que não criará vínculo empregatício de qualquer natureza. Os requisitos podem ser resumidos em: matrícula e frequência no curso respectivo; celebração de termo de compromisso; e compatibilidade da atividade praticada com a prevista no termo de compromisso.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Em harmonia com os dispositivos constantes na dita Lei do Estágio, rezam os art. 3º e 4º da Resolução nº 71/2006-COSUNI/UFAL que:

Art. 3º - O estágio curricular tem como objetivo o desenvolvimento de competências-conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes – em situações de aprendizagem. Conduzidas no ambiente profissional, sob a responsabilidade da Universidade e da Instituição Concedente.

Art. 2º - O estágio curricular de caráter formativo, que pode ser obrigatório ou não obrigatório, constitui parte dos processos de aprendizagem teórico-prática que integram os Projetos Pedagógicos dos Cursos, sendo inerente à formação acadêmico-profissional.

Nesse sentido, o Colegiado do Curso de Administração recomenda, portanto, adotar uma carga horária mínima de 360 horas para o estágio supervisionado, uma feita que, por recomendação do Conselho Federal de Administração, a carga horária do estágio supervisionado de cursos dessa natureza deverá corresponder a 10% da carga horária total da grade curricular.

Para fins de consecução do estágio supervisionado, serão observadas as diretrizes constantes na correspondente Resolução de Estágio, elaborada e aprovada pelo colegiado do curso.

Os estágios supervisionados devem promover vivências relacionadas à formação profissional, contribuindo, dessa forma, para dar uma maior profundidade e dinamismo ao seu aprendizado, bem como auxiliar a sua inserção no mercado de trabalho. Os estágios serão gerenciados pelo Coordenador de Estágio em parceria com a Coordenação de Estágios Curriculares – CEC da Prograd-Ufal. Os estágios podem ser realizados em instituições públicas municipais, estaduais e federais, em empresas privadas e em organizações não-governamentais (ONG's), sendo supervisionados por docente(s) do curso. As especificações quanto ao perfil das instituições aptas a concederem estágio obrigatório aos estudantes do Curso de Administração Pública



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

serão delineadas pela correspondente Resolução de Estágio, elaborada e aprovada pelo colegiado do curso.

As modalidades de estágio aceitas pelo Colegiado do Curso de Administração Pública são:

1. Execução de diagnóstico, intervenção e solução de problemas ligados à área profissionalizante da administração pública, sobretudo para alunos que trabalhem no setor público ou privado (devidamente comprovados), cujo objeto de suas atividades dialogue de modo claro e preciso com uma das linhas de formação do curso, quais sejam, Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas; Estado, Desenvolvimento e Sociedade. A princípio, a identificação dessa vinculação será atribuição do coordenador de estágios, no uso e gozo do seu poder discricionário, observando a correspondente Resolução de Estágio do curso. Em caso de dúvidas, o coordenador de estágios ou o discente, poderão submeter consulta ao colegiado a fim de que este emita decisão final;
2. Execução de diagnóstico, intervenção e solução de problemas ligados à área profissionalizante da administração pública, destinado, sobretudo, para alunos que embora não estejam vinculados a relação formal de emprego em organizações do setor público ou privado, consigam a autorização dessas organizações para atuar na condição de estagiário. Vale ressaltar que as atividades desempenhadas pelo discente no exercício do estágio deverão estar vinculadas de modo claro e preciso com uma das linhas de formação do curso, quais sejam, Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas; Estado, Desenvolvimento e Sociedade. O estágio só terá valor para efeitos de integralização da carga horária curricular se contar com a respectiva autorização da Coordenação de Estágio e da organização onde ocorrerá a atividade;



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

3. Execução de diagnóstico, intervenção e solução de problemas ligados à área profissionalizante da administração pública realizado durante o decorrer do curso, por intermédio da operacionalização em seminários temáticos em uma das linhas de formação do curso. Nessa modalidade de estágio, o discente já na segunda metade do curso deverá acordar junto ao coordenador de estágio um cronograma de atividades e metas a serem atingidas, a fim de que o mesmo avalie a viabilidade do projeto, bem como, a maturidade intelectual do discente no que concerne a execução desse conjunto de atividades. Em caso de dúvidas e impasses, o coordenador e/ou o discente, poderão submeter consulta ao colegiado a fim de que este emita decisão final quanto à viabilidade do referido estágio;

Observação: Os professores do curso ao longo da execução de projetos de extensão poderão, individualmente ou em conjunto, submeter ao coordenador de Estágio um plano de trabalho de atividades que preveja atividades desempenhadas por alunos, configurando, assim, estágio supervisionado. Ao coordenador caberá autorizar ou não, podendo este, em caso de dúvidas, submeter ao colegiado.

4. Participação em atividades de iniciação científica, ensino, extensão, consultoria em organizações públicas (de matriz governamental, não governamental, prestadoras de serviços a instituições públicas), inseridas em projetos de extensão ou projetos de pesquisas cadastrados junto à UFAL (PROEX, PROPEP, PROGRAD).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso é regulamentado pela Resolução nº 25/2005 do CEPE, de 26 de outubro de 2005, considerando-se ainda os princípios e valores estatuídos no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) 2013-2017 dessa instituição. Observa-se também, de forma subsidiária, a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 PROGRAD/Fórum das Licenciaturas, de 27 de setembro de 2013.

A Resolução nº 25/2005 do CEPE, de 26 de outubro de 2005, por sua vez, no seu Art. 18, reza que:

Art 18 - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFAL, assumindo a seguinte conformação:

I – O TCC não se constitui como disciplina, não tendo, portanto, carga horária fixa semanal, sendo sua carga horária total prevista no PPC e computada para integralização do Curso.

II – A matrícula no TCC se dará automaticamente a partir do 5º período para sua elaboração, não tendo número limitado de vagas, nem sendo necessária a realização de sua matrícula específica no Sistema Acadêmico.

III – A avaliação do TCC será realizada através de 01 (uma) única nota, dada após a entrega do trabalho definitivo, sendo considerada a nota mínima 7,0 (sete), nas condições previstas no PPC.

IV – Caso o aluno não consiga entregar o TCC até o final do semestre letivo em que cumprir todas as exigências da matriz curricular, deverá realizar matrícula - vínculo no início de cada semestre letivo subsequente, até a entrega do TCC ou quando atingir o prazo máximo para a integralização de seu curso, quando então o mesmo será desligado.

Nesse mesmo diapasão, os artigos 7º e 8º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 PROGRAD/Fórum das Licenciaturas, de 27 de setembro de 2013, prescrevem:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art 7º O TCC não se constitui como disciplina, não tendo, portanto, carga horária fixa semanal, sendo sua carga horária total prevista no Projeto Pedagógico do Curso e computada para a integralização do Curso.

I - O TCC gera vínculo institucional do aluno com a UFAL, desde que o Projeto seja registrado na Coordenação do TCC.

II - O TCC deverá ser associado a um orientador, com titulação mínima de graduação, devidamente homologado pelo Colegiado do Curso.

III - - Em casos especiais, poderão ser definidos orientadores fora do quadro de professores da UFAL, desde que justificados e devidamente aprovados pelo Colegiado do Curso.

IV - O aluno, de comum acordo com o seu orientador, poderá solicitar a colaboração de um coorientador, não necessariamente do quadro da UFAL, desde que justificado e devidamente aprovado pelo Colegiado do Curso.

V -O resultado da avaliação do TCC deverá ser registrado em ata, devidamente assinada pelo(s) avaliador(es) e Coordenador(a) de Curso.

Art 8º – Cabe ao orientador do TCC:

I – organizar e supervisionar todas as atividades do TCC;

II – criar mecanismos operacionais que facilitem a condução, com segurança e aproveitamento, do TCC desenvolvido pelo aluno/grupo;

III – orientar o aluno/grupo no desempenho de suas atividades;

IV – fazer cumprir os cronogramas e os prazos das atividades do TCC;

V – Submeter o projeto do TCC ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFAL, quando necessário.

Diante dessas normativas estatuídas, o Colegiado do curso de Administração Pública prescreve:

1. A carga horária prevista para o TCC será de 80 horas, atividade a ser realizada individualmente pelo discente, contando com a colaboração de um professor orientador, atividade esta preferencialmente a ser prestada por professor vinculado ao quadro pessoal do curso. Em casos extraordinários, ao arbítrio do aluno, o mesmo poderá submeter à comissão de TCC do curso uma solicitação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

de orientador externo, solicitação a ser deferida ou não pelos membros do referido conselho.

2. Quanto aos requisitos mínimos para orientadores externos figuram as seguintes condições: o indicado devesse possuir graduação em Administração ou áreas afins, preferencialmente, deve estar vinculado a uma IES ou, em casos excepcionais, indivíduo que exerça atividade pública em organização governamental ou não governamental cujo exercício figure função de notória relevância profissional.
3. O TCC em Administração Pública, seguindo as regras da ABNT, poderá ser formatado nas seguintes categorias, quais sejam: Monografia, Iniciação Científica, Artigo Científico, Relatório de Extensão, Projeto de intervenção e Casos de ensino;
 - a. Monografia: O aluno que optar por essa modalidade de TCC deverá apresentar para banca designada um relatório monográfico (entre 30 a 50 laudas) referente a atividades de pesquisa acerca de tema que verse sobre aspectos contemporâneos da administração pública.
 - b. Iniciação científica: O aluno que optar por essa modalidade de TCC deverá apresentar para banca designada um relatório final (entre 30 a 50 laudas) contendo análise detalhada de elementos problematizados ao longo da execução do projeto de iniciação científica ligados as áreas de administração pública.
 - c. Artigo científico: O aluno que optar por essa modalidade de TCC deverá apresentar para banca designada um artigo científico de até 30 laudas. A versão final, a ser entregue no prazo de até trinta dias da data da apresentação deverá estar acompanhada de submissão nas seguintes modalidades acadêmicas: eventos acadêmicos de médio a grande porte (no



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- âmbito regional, nacional ou internacional), periódicos especializados ou capítulo de livros organizado por pesquisador reconhecido.
- d. Relatórios de Extensão: O aluno que optar por essa modalidade de TCC deverá apresentar para banca designada um relatório final (entre 30 a 50 laudas) contendo análise detalhada de elementos problematizados ao longo da execução de projetos de extensão ligados as áreas de administração pública que esteve envolvido diretamente por pelo menos 120 horas ou 6 (seis) meses.
 - e. Projeto de Intervenção ou Projeto de Atividade: O aluno que optar por essa modalidade de TCC deverá apresentar para banca designada um projeto de intervenção (entre 30 a 50 laudas) na área da administração pública capaz de, ao ser implementado, conferir eficiência à prestação do serviço público, inovando e aprimorando processos para o bem da boa administração.
 - f. Casos de ensino: O aluno que optar por essa modalidade de TCC deverá apresentar para banca designada um caso de ensino (entre 30 a 50 laudas) na área da administração pública capaz de auxiliar nos processos de ensino e aprendizagem da gestão pública.
4. A fim de facilitar os processos de orientação e confecção dos TCC, este colegiado editará um manual de estilo acadêmico prescrevendo a normalização pertinente a cada uma dessas modalidades de trabalho.

12. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

São consideradas atividades complementares aquelas que enriquecem o currículo do aluno e ajudam na aquisição de suas competências e habilidades. Neste projeto são aceitas as seguintes atividades, relacionadas com o curso de administração pública:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Atividades voluntárias desenvolvidas com organizações públicas, governamentais e não governamentais;
- Monitorias;
- Participação com bolsa ou voluntária em projetos de iniciação científica;
- Estágios curriculares não-obrigatórios;
- Participação em projetos de extensão;
- Viagens de estudos;
- Palestras;
- Seminários, oficinas ou fóruns;
- Apresentação e participação em Seminários temáticos no eixo de formação;
- Disciplinas oferecidas por outras instituições públicas e/ou unidades acadêmicas públicas não contempladas no currículo do curso, mas correlacionadas ao eixo de formação;
- Participação em atividades de iniciação científica, ensino, extensão, consultoria em organizações pública governamental, não governamentais ou prestadora de serviços a instituições públicas, inseridas em projetos de extensão ou projetos de pesquisas cadastradas junto à UFAL (PROEX, PROPEP, PROGRAD).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O aluno deverá cursar, pelo menos, duas das atividades complementares desde o início do curso. Assim, será evitada a acumulação no final do curso. Muito mais do que isso, a integralização da parte flexível por semestre permitirá ao aluno vivenciar desde já a universidade através de um ritmo diferenciado daquele que só é vivido em sala de aula.

13. INCENTIVO À PESQUISA

O fomento à pesquisa nas áreas de interesse do curso de Administração Pública deve ser conduzido mediante a constituição de projetos de iniciação científica, envolvendo professores e alunos na produção de conhecimento, a partir das experiências e desafios apresentados pelo contexto local. Tais iniciativas ganham maior profundidade quando implementadas de forma articulada com os projetos de extensão e os esforços de inserção profissional, desenvolvidos pela universidade, conforme mencionado no item 3 sobre as políticas institucionais, mediante a celebração de parcerias e convênios com instituições atuantes no setor público.

O curso de Administração Pública tem proporcionado aos discentes apoio à Produção Científica através do encaminhamento de artigos de opinião para publicação em jornais de circulação regional, como O Dia (Maceió/AL e Arapiraca/AL), Jornal do Povo (Três Lagoas/MS) e Correio do Estado (Campo Grande/MS). Os artigos são escritos por alunos sob a orientação de um professor. A parceria com os jornais tem contribuído para a formação crítica do aluno e incentivado a publicação de outros trabalhos de maior complexidade.

A UFAL tem dado apoio financeiro e de locomoção à participação de docentes e discentes para apresentação de trabalhos científicos em eventos, tais como: encontros, congressos, seminários e outros.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

De acordo com suas políticas institucionais, a universidade também vem disponibilizando bolsas voltadas para o desenvolvimento de pesquisas envolvendo alunos e professores, como o PAINTER e o PIBIC. Cabe lembrar que o Programa de Ações Interdisciplinares (PAINTER) é um programa realizado em conjunto pelas proreitorias Estudantil (PROEST), de Graduação (PROGRAD), de Extensão (PROEX), de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP) e de Gestão Institucional (PROGINST), com a intenção de contribuir para melhoria do desempenho de estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, a fim de consolidar sua presença na instituição. Já o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) tem por objetivo despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação, proporcionando sua imersão em projetos de pesquisa que o introduzam no domínio do método científico. Todos os anos são disponibilizados editais de bolsas e o curso de Administração Pública recorrentemente vem sendo contemplado.

14. APOIO AO DISCENTE

Sobre os Programas de Assistência Estudantil, o curso de Administração possui alunos envolvidos nos projetos citados anteriormente: PIBIP-Ação (Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa-Ação), PAINTER (Programa de Ações Interdisciplinares) e; projeto de extensão FAPEAL (por meio do Programa de Auxílio à Pesquisa nº 08/2012), os quais geram benefícios (monetários ou não) contributivos para formação do aluno.

O PIBIP-Ação contempla atividades relacionadas com as diversas formas de ação coletiva orientadas para a transformação social, desenvolvidas por professores, técnicos de nível superior e alunos da UFAL, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

de vida da população e para o processo de formação acadêmica dos alunos, no tocante à prática de investigação científica aplicada. Caracteriza-se, efetivamente, como um processo educativo, reafirmando, assim, o compromisso da UFAL com a sociedade. O PAINTER, por sua vez, tem como objetivo específico contribuir para a formação profissional e cidadã de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sob a orientação de um coordenador geral, consolidando a sua permanência na universidade.

Já o projeto de extensão financiado pela FAPEAL, busca envolver os alunos na criação de uma rede de pesquisa e formação em gestão pública municipal, com foco nos municípios da mesorregião do Agreste Alagoano. Dentre outras atividades, os trabalhos desenvolvidos caminham na construção de um portal virtual (website de ensino e aprendizagem) do Gestor Público Municipal da dita mesorregião e o fornecimento de cursos de capacitação e formação em gestão pública aos servidores dos municípios participantes, aproximando assim a universidade e as organizações públicas atuantes nesse contexto.

Com a finalidade de promover um nivelamento dos alunos e fortalecer a qualidade do ensino ofertado, o curso de Administração Pública oferece cursos de monitoria, naquelas disciplinas cujos alunos apresentem dificuldades específicas. Ademais, a Resolução 25/05, em seu art. 5º, § 2º prevê a implementação do sistema de tutoria para o atendimento dos(as) alunos(as) reprovados(as) por média, em turmas que não alcancem o mínimo necessário para a formação de turma extra. Nesta situação, não havendo a oferta regular da disciplina no semestre seguinte, o colegiado do curso organizará um programa de tutoria no qual o (a) aluno (a) será matriculado (a), e designará um (a) professor (a) para lhe acompanhar e avaliar, sem a necessidade da formação de turma convencional.

Além da representação estudantil já consolidada nas reuniões do colegiado e do amplo diálogo entre as lideranças discentes e o corpo de professores, os alunos instituíram o Centro Acadêmico do curso de Administração Pública, mediante a realização dos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

procedimentos formais cabíveis. Os membros do CA foram eleitos no dia 27.02.2014, segundo a apuração de votos realizada pela comissão escolhida pelos próprios estudantes.

Sobre o horário de atendimento aos alunos, a coordenação conta com dois bolsistas de apoio administrativo, em atuação durante todo o horário do curso (noturno). Além disso, o horário de atendimento por parte dos professores fica distribuído segundo uma escala semanal, na qual cada professor disponibiliza os horários em que ficará responsável por atender os alunos. Os docentes trabalham na atividade de atendimento no mínimo 04 (quatro) horas por semana.

15. AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação do curso vem desencadeando uma série de iniciativas por parte do corpo docente e discente. Nesse sentido, foram aplicados, nos dois últimos semestres, questionários de avaliação dos professores levando em consideração pontos como, por exemplo: assiduidade, domínio dos conteúdos, utilização de equipamentos audiovisuais, realização de atividades práticas e cumprimento do programa da disciplina. Ademais, no âmbito da autoavaliação - por parte dos docentes, discentes, técnicos administrativos e egressos – o questionário foi elaborado pelos professores membros do NDE e aplicado.

No que diz respeito às ações internas do corpo docente, foi instituído o Núcleo de Docentes Estruturantes – NDE. Por meio de reuniões mensais, o NDE vem avaliando os pontos de melhorias do curso, tanto no âmbito da sua estrutura curricular, como de direcionamento das suas linhas de pesquisa e extensão. Assim, o NDE vem discutindo as alterações propostas, segundo as premissas expressas nas Diretrizes Curriculares



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, a Resolução nº 01, publicada em 13 de janeiro de 2014. As alterações do PPC caminham, principalmente, no sentido de trazerem uma contextualização socioeconômica mais aprofundada do Agreste Alagoano, considerando tanto os dados estatísticos correspondentes como o contexto educacional das demais instituições de ensino também atuantes na área da Administração Pública. Para um entendimento maior de sua concepção, formação e atuação, vide item 17.

15.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO

Em seguimento ao constante processo de atualização pedagógica das instituições de ensino superior, o presente Projeto Pedagógico do Curso passou por uma reestruturação parcial, alterando-se apenas alguns elementos das suas ementas e algumas disposições quanto à consecução das atividades de estágio supervisionado, TCC e monitoria. Tal reformulação se deve às exigências do próprio contexto educacional de um curso em construção no qual os docentes identificam os pontos de melhoria pedagógico-institucional; as exigências decorrentes do próprio processo de avaliação do curso pelo Ministério da Educação; bem como o atendimento às Diretrizes Nacionais Curriculares para Cursos de Administração Pública, publicadas em 13 de janeiro de 2014.

Conforme a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, em seu art. 1, fica instituído o Sistema Nacional de Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9, VI, VIII e XI, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 2. O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliados;

III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Art. 4. A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

De acordo com a estrutura do Manual de Avaliação Institucional do INEP, os aspectos a serem avaliados estão organizados em níveis hierárquicos, a saber: dimensões, categorias de análise, indicadores. As dimensões compreendem três amplos níveis, que são: Organização Institucional, corpo docente e instalações. As categorias das análises estão organizadas em três níveis que compreendem:

1 – Organização Institucional

a – Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

b – Projeto Pedagógico dos Cursos e Articulação das Atividades Acadêmicas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

c – Avaliação Institucional (autoavaliação).

2 – Corpo Docente

a – Formação acadêmica e profissional

b – Condições de trabalho.

c – Desempenho acadêmico e profissional

3 – Instalações

a – Instalações gerais

b – Biblioteca

c – Laboratórios e instalações especiais

Art. 5 A Avaliação do desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente a todos alunos dos cursos de graduação, conforme legislação definida pelo MEC.

Art. 8 A realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 9 O Ministério da Educação tornará público e disponível o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos.

A Avaliação Institucional é uma ferramenta de auxílio à administração das instituições educacionais que buscam a melhoria da qualidade de ensino. Partindo-se desse pressuposto a Universidade Federal de Alagoas em seu Estatuto, no capítulo III, no Art. 35 – a fim de preservar e aperfeiçoar continuamente os padrões de qualidade acadêmica, a universidade mantém seu Programa de Avaliação Institucional, com os seguintes princípios:

I – a avaliação é processual, formativa, permanente, global, conduzida de forma ética, útil, viável, precisa, transparente, respeitando a pluralidade de concepções, métodos e processos de trabalho acadêmico;

II – a avaliação é conhecida como um processo de autoconhecimento e de prestação de contas permanente à comunidade, referenciada na missão e no plano institucional.

15.2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

O conceito de avaliação da aprendizagem tradicionalmente tem como alvo o julgamento e a classificação do aluno. Neste sentido restrito, a avaliação da aprendizagem é o procedimento docente que atribui símbolos a fenômenos, geralmente com referência algum padrão de natureza social, cultural ou científica.

O Processo de Avaliação de Aprendizagem na Universidade Federal de Alagoas está regulamentado pelo Estatuto, conforme Portaria nº 4.067, de 29 de dezembro de 2003, no capítulo III, no Art. 35, no Parágrafo único – O Regimento Geral disporá sobre as formas de avaliação. O Regimento Geral da UFAL, seção III, Art. 41, que foi



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

regulamentado pela Resolução nº 25/2005 – CEPE, de 26 de outubro de 2005, no Art. 11 definem que a se dará nas seguintes modalidades:

AValiação BIMESTRAL (AB)

A nota de cada bimestre AB será o resultado de mais de um instrumento de avaliação, envolvendo provas escritas e/ou práticas, além de outras opções como: provas orais, seminários, resumos, "papers", resenhas, etc. a critério do professor. Em cada bimestre, o aluno que tiver perdido um ou mais dos instrumentos de avaliação previstos terá sua nota na AB específica através da média calculada do total dos pontos obtidos pelo número de avaliações programadas e efetivada pela disciplina.

REAVAliação

Em cada disciplina, o aluno que alcançar nota inferior a 7,0 (sete) em uma das duas AB's terá direito, no final do semestre letivo, de ser reavaliado naquela em que obteve a menor pontuação, prevalecendo, neste caso a nota da Reavaliação.

NOTA FINAL DAS AVAliações BIMESTRAIS (NF)

Será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas obtidas nas 2 (duas) AB's. Será considerado APROVADO, livre da Prova Final (PF), o aluno que alcançar NF igual ou superior a 7,00 (sete); e, estará automaticamente REPROVADO o aluno cuja NF for inferior a 5,00 (cinco).

PROVA FINAL (PF)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O aluno que obtiver NF igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete) prestará Prova Final.

15.3 INSTRUMENTOS COMPLEMENTARES DE AVALIAÇÃO

Objetivando verificar como o projeto pedagógico vem contribuindo no processo de formação do aluno, o acompanhamento de alguns pontos é extremamente fundamental.

Entre estes pontos, destacam-se:

- Índice de retenção dos alunos;
- Tempo de inserção do aluno no mercado;
- Desvio funcional do aluno;
- Mesas redondas anuais com alunos, professores e representantes da sociedade;
- Número de projetos de extensão registrados na Unidade Administrativa;
- Número de pesquisas registradas na Unidade Administrativa;
- Número de alunos envolvidos em projeto de pesquisa e em projeto de extensão;
- Tempo médio de permanência do aluno no curso.

15.4 INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROFESSOR E DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

- Pelos alunos da disciplina através de instrumento específico;
- Pelo provão anual realizado pela coordenação do curso;



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Pelo número de faltas do professor a atividades pedagógicas e administrativas;
- Pelo acompanhamento do seu plano de aula e o preenchimento do seu boletim;
- Pelo cumprimento do calendário acadêmico;
- Pelo plano de trabalho anual desenvolvido pelo professor no início do ano.

15.5 INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
--

- Formação profissional do corpo docente;
- Condições de trabalho;
- Atuação e desempenho acadêmico e profissional;
- Instalações gerais;
- Biblioteca;
- Instalações e laboratórios específicos.

Acessibilidade

Visando proporcionar condições fundamentais para o acesso de portadores de necessidades especiais, o curso procura seguir as recomendações do Núcleo de Acessibilidade da Universidade. O núcleo atua promovendo ações diversas na formação e aperfeiçoamento das técnicas que podem facilitar e melhorar a inclusão das pessoas que têm alguma limitação física nas atividades da Universidade.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

16. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO - TICS

O curso de Administração Pública do Campus Arapiraca utiliza, em algumas de suas disciplinas, a plataforma Moodle, instituída em suas políticas institucionais para todos os cursos da universidade, como forma de aumentar a interação com o aluno a partir da tecnologia da informação, assim como auxiliar professor e monitor no desenvolvimento de atividades e discussões teóricas e práticas. Em relação a pós-graduação, em nível de especialização, os professores do curso de Administração do Campus de Arapiraca atuam no curso de Gestão Pública a distância e no curso de oferecido pela Faculdade de Administração e Contabilidade – FEAC/ Campus Maceió.

A implantação de plataforma de ensino e a capacitação dos docentes da UFAL para o uso das ferramentas da Tecnologia da Informação e da Comunicação têm sido pontos estruturantes para a transformação das aulas tradicionais, levando a universidade para um novo patamar de interação. Para essa consolidação a universidade está se comprometendo com duas ações básicas preponderantes: a) a substituição dos seus sistemas informatizados acadêmicos e administrativos; b) reestruturação da rede lógica, em especial o aumento de velocidade e o alcance da rede, permitindo salas de aula verdadeiramente eletrônicas (PDI, 2013-2017).

O uso das ferramentas de Tecnologia da Informação e da Comunicação por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem conta com o Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, órgão de apoio administrativo atuante na orientação e acompanhamento de processos envolvendo a transferência de tecnologia e prestação de serviços tecnológicos, de forma a preservar e garantir os direitos da UFAL e de seus pesquisadores.

Nos últimos anos, com as facilidades do Portal de Periódicos da CAPES, há uma ampliação significativa no número de periódicos disponíveis via Internet para os pesquisadores e estudantes. Toda a comunidade da UFAL tem acesso a esse sistema de pesquisa nas próprias dependências das bibliotecas da do SIBI como em qualquer área



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

da Universidade. Atualmente a UFAL, através do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) vem cadastrando-se na Rede Federada Café, o que possibilitará o acesso à coleção de Periódicos da CAPES independentemente do estudante, pesquisador e/ou servidor estar conectado à rede IP da UFAL.

O curso de Administração Pública desfruta da estrutura do Campus Arapiraca, dotado de três laboratórios de informática de livre acesso aos alunos e também utilizados durante as aulas da graduação. Ao ministrarem aulas que demandam ferramentas tecnológicas, os professores do curso reservam o laboratório de informática para os horários das classes, possibilitando assim uma complementação entre o ambiente tradicional de ensino e os meios virtuais de aprendizagem. Vale mencionar que o Campus Arapiraca dispõe de conexão wi-fi em todas as suas instalações.

Utilizando-se dos recursos advindos dos editais de pesquisa e extensão, o curso de Administração Pública dispõe hoje de 05 (cinco) equipamentos de data show, 03 (três) tablets, 01 (um) netbook, 02 (duas) impressoras, 02 (dois) pares de caixas de som.

17. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

O Núcleo de Docente Estruturante do Curso de Administração Pública vem se reunindo desde Agosto de 2013 com o propósito de trabalhar na reformulação do Projeto Pedagógico do Curso. A composição do NDE, inicialmente era de apenas 3 professores: André Nascimento (doutor pela UFBA), Fabiano Santana (doutorando do DINTER) e Renato Miranda (doutor pela UFBA). Com o ingresso de novos docentes e buscando atender a RESOLUÇÃO No 01, de 17 de junho de 2010 do CONAES sobre a quantidade mínima e titulação necessária para a composição do Núcleo e a RESOLUÇÃO Nº 52/2012-CONSUNI/UFAL de 05 de novembro de 2012, a qual institui o NDE no âmbito dos cursos de graduação da UFAL, foram incorporados os professores Acurcio Castelo (doutorando da UFPE) e Andrea Kanikadan (doutora pela



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

USP). Todos os integrantes possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu e fazem parte do quadro efetivo em tempo integral da UFAL. Uma das primeiras missões do NDE estava relacionada a adequação do Eixo Gestão com o restante dos cursos da UFAL, principalmente Administração. O objetivo era facilitar o ingresso de alunos oriundos de outros cursos, os quais, uma vez fora do fluxo padrão, poderiam se inscrever em disciplinas ofertadas em outro turno.

Os membros do NDE identificaram a necessidade de se agendar uma reunião com a Direção Acadêmica do campus para tentar uma articulação com os demais cursos, a fim de compatibilizar o “eixo intermediário” de todos os PPCs dos cursos considerados participantes do “eixo de gestão”. A reunião foi agendada com representantes dos cursos do campus Arapiraca e do Sertão, representantes da Direção Acadêmica e da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Foi proposta a implantação de uma nova matriz para o eixo, a ser implantada a partir de 2014. Após muito esforço e articulação do nosso curso, a proposta foi aceita por todos, sendo a unificação do eixo consolidada a partir da Resolução Nº 41/2014 - CONSUNI/UFAL de 07 de julho de 2014. A PROGRAD cuidou para que todos os alunos dos referidos cursos fossem migrados para a nova matriz, uma vez que não há turmas formadas e porque não haverá prejuízo para os mesmos, pois foram feitas as equivalências entre as disciplinas cursadas com as novas disciplinas. Assim, todos os cursos do eixo deverão atualizar o 2º Período nos seus Projetos Pedagógicos. Contudo, é importante destacar que, embora o NDE venha trabalhando com o PPC vigente, já houve reformulação do seu novo projeto com base nas novas diretrizes curriculares para o curso de Administração Pública, segundo as premissas de reestruturação das ementas, detalhamento dos processos de TCC, monitoria e estágio.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

18. REFERÊNCIAS CONSULTADAS

- COELHO, F. S. A problemática atual do ensino de graduação em Administração Pública no Brasil. **Cadernos EBAPE**, BR – Número Especial, Ago, 2008.
- SEPLANDE. **Alagoas em números**, 2013. Disponível em http://informacao.seplande.al.gov.br/sites/default/files/alagoas_em_numeros-2013_novo_0.pdf. Acesso em 20 fev. 2014.
- SEPLANDE. **Resenha estatística do estado de Alagoas 2008-2012**. Disponível em http://informacao.seplande.al.gov.br/sites/default/files/resenha_estatistica_2013.pdf. Acesso em 20 fev. 2014.
- UFAL. **Projeto de Interiorização da UFAL: uma expansão necessária**. Universidade Federal de Alagoas, 2005.
- UFAL – CONSUNI. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2013-2017**. Universidade Federal de Alagoas, 2013.

19. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS DO CURSO

19.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

1º PERÍODO

Sociedade, Natureza e Desenvolvimento: Relações Locais e Globais

Ementa

Reflexão crítica sobre a realidade, tendo como base o conhecimento do mundo a partir de um contexto local e sua inserção global, através de abordagem interdisciplinar sobre sociedade, seu funcionamento, reprodução, manifestações diversas e suas relações com a cultura, economia, política e natureza.

Bibliografia Básica

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LIRA, F. Alagoas: formação da riqueza e da pobreza. Maceió: Edufal, 2008.
SORJ, B. A nova sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
SANTOS, L. G. Politizar as novas tecnologias. Editora 34, 2003.

Bibliografia Complementar

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Annablume/Hucitec, USP, 2002.
GONÇALVES, C. W. Paixão da Terra: ensaios críticos de ecologia e geografia. Rio de Janeiro: Pesquisadores associados em Ciências Sociais, 1984.
RIBEIRO, D. O povo brasileiro. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI - desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

Produção do Conhecimento: Ciência e Não-Ciência

Ementa

Instrução e discussão sobre ciência e seus instrumentos, procedimentos e métodos científicos, mas também sobre expressões do conhecimento tradicional, populares e locais, para o reconhecimento de um diálogo de saberes e a internalização de novos paradigmas.

Bibliografia Básica

BOMBASSARO, Luiz Carlos. As fronteiras da epistemologia: Como se produz o conhecimento. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
DUTRA, Luís H. de A. Introdução à teoria da ciência. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.
KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. História da Filosofia. São Paulo: Paulos, 2003. (3 volumes).
CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2004.

Bibliografia Complementar

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith, GEWANDSZNAJDER, Fernando. O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
CHALMERS, A. F. O que é ciência, afinal?. Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993. 225p.
COMTE, Auguste. Discurso sobre o espírito positivo. Trad. de José Arthur Giannotti. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os pensadores).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DESCARTES, René. Discurso do método. Trad. De Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HUME. David. Investigação sobre o Entendimento Humano. Lisboa: Edições 70, s/d.

KANT. Immanuel. Crítica da Razão Pura. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Pensadores).

KUHN, Thomas S. A Estrutura das Revoluções Científicas. Trad. de Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1967.

LAKATOS, Imre. O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica. In: MILL, John Stuart. A Lógica das ciências morais. Trad. de Alexandre Braga Massella. São Paulo: Iluminuras, 1999.

PLATÃO. A República. Trad. de Carlos Alberto Nunes. 3 ed. Belém: Editora universitária, 2001. Livro VII (O Mito da Caverna).

POPPER, Karl R. A Lógica da Pesquisa Científica. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny S. da Mota. São Paulo: Cultrix, s/d.

SCHLICK, M. Positivismo e Realismo. . Trad. Baraúna, L. J. SP. Abril Cultural, 1975. (Coleção Os Pensadores)

Lógica, Informática e Comunicação

Ementa

Oferta de instrumentos básicos requeridos pelo cursar da graduação universitária, fundamentalmente, usos da linguagem, indução e dedução, novas tecnologias de comunicação, usos do computador e da internet, expressão escrita, análise, interpretação e crítica textual.

Bibliografia Básica

COPI, Irving M. Introdução à Lógica. São Paulo: Mestre Jou Editora, 1981.

FURASTÉ, Pedro A. Normas Técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação. 14 ed. Porto Alegre: ABNT, 2007.

JOHNSON, Steven. Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MANZANO, José A. N. G. Broffice.org 2.0: Guia Prático de Aplicação. São Paulo: Editora Érica, 2007.

VANOYNE, Francis. Usos da Linguagem: Problemas e Técnicas na Produção Oral e Escrita. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Bibliografia Complementar

BASTOS, Cleverson L. e KELLER, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis: Vozes, 2000.

CASTELLS, Manuel. A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. Sistemas de Informação. 4a. ed. São Paulo: LTC, 1999.

LÉVY, Pierre. A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência. São Paulo: Ed. 34, 2001.

NAVEGA, Sergio. Pensamento Crítico e Argumentação Sólida. São Paulo: Editora Intelliwise, 2005.

SOUZA, João Nunes de. Lógica Para Ciência da Computação. 7ª ed. São Paulo: Campus, 2002.

Seminário Integrador I

Ementa

Discussão interdisciplinar, em escala real, sobre uma base local; integração e aplicação dos conteúdos, atividades e de avaliação dos progressos discentes do tronco inicial.

Bibliografia Básica

Contempla todas as referências bibliográficas utilizadas pelas disciplinas do tronco inicial, além das específicas que o projeto necessitar.

2º PERÍODO

Introdução às Ciências Econômicas

Ementa

A disciplina tem por objetivo propiciar aos discentes a familiarização com os princípios básicos e fundamentais da teoria econômica, despertando-lhes o interesse por suas aplicações nas diversas esferas de atuação profissional, bem como fornecer-lhes um instrumental capaz de ajudá-los na compreensão e interpretação de aspectos políticos e sociais das decisões públicas e dos movimentos relativos ao mercado interno e externo.

Bibliografia Básica

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JUNIOR, Rudinei. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2009.

MENDES, J. Economia: Fundamentos e Aplicações. São Paulo, 2004.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de Economia. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

WEBER, M. Economia e Sociedade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Bibliografia Complementar

- CORDEIRO, Marcos Pires. Economia para Administradores. São Paulo: Saraiva, 2005.
EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. Manual de Economia. São Paulo: Saraiva, 2005.
MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 838p.
MANKIW, N. Gregory, Introdução à Economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
PARKIN, Michael. Economia. São Paulo: Pearson, 2009.
PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). Manual de introdução à economia. São Paulo: Saraiva, 2006.. xvii, 397 p.
ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2000
TROSTER, Roberto Luis; MOCHON MORCILLO, Francisco. Introdução à economia. Makron Books, c1994. 404 p.

Noções de Administração

Ementa

Oferecer ao aluno um embasamento do que significa a Administração enquanto área do conhecimento científico, quais suas escolas e que pensamentos foram gerados a partir destas abordagens e apresentar os aspectos gerais das atividades administrativas no que diz respeito aos aspectos de: planejamento, organização, direção e controle.

Bibliografia básica

- ARAÚJO, L. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Atlas, 2006.
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
MAXIMIANO, Antônio César Amauri. Introdução à Administração. 6. ed. ver. e amplo.- São Paulo, Atlas, 2005.
MOTTA, F. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Pioneira, 2002.

Bibliografia complementar

- KWASNICKA, Eunice L. Introdução à Administração. São Paulo: Atlas, 1995.
LACOMBE, Francisco J.M.; HEILBORN, Gilberto Luiz J. Administração: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2006.
MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria geral da administração. 3. ed.rev. Thomson, 2006. 428 p.
PARK, Kil Hyang; BONIS, Daniel F. De; ABUD, Marcelo. Introdução ao estudo da Administração. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 2000.
SOUZA, César. Você é do tamanho dos seus sonhos: estratégias para concretizar projetos empresariais e comunitários. São Paulo: Agir, 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Sistemas de Informação Gerencial

Ementa

Estudo dos sistemas de informação computacionais e sua importância dentro das organizações e a mudança de paradigma com a evolução tecnológica.

Bibliografia Básica

AUDY, Jorge Luis Nicolas. Sistema de Informação: planejamento e alinhamento estratégico nas organizações. Rio de Janeiro: Bookman, 2003.

BATISTA, Émerson de Oliveira. Sistema de Informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2004.

GRAEML, Alexandre Reis. Sistema de informação o alinhamento de TI, com estratégia corporativa. São Paulo: Atlas, 2003.

LACHAND-ROBERT, Thomas. A informática do cotidiano. São Paulo: GRADIVA, 2005.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de Informações Gerenciais. Prentice Hall. 2004.

Bibliografia Complementar

MATTOS, Antonio Carlos M. Sistemas de Informação: uma visão executiva. São Paulo: Saraiva, 2005.

O'BRIEN, James A. Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet. São Paulo: Saraiva, 2008.

STAIR, Ralph M. Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

TURBAN, Efraim; RAINER, Kelly, POTTER, Richard, Introdução a Sistemas de Informações, RJ: Editora Campus, 2007.

Informação Contábil para Gestão

Ementa

Contabilidade: conceitos, objetos, objetivos. Informação Contábil: conceitos, tipos e usuários. O patrimônio: conceito, aspectos, situação patrimonial e representação gráfica. Fatos Contábeis. Procedimentos contábeis básicos. Livros da Escrituração. Débito e Crédito. Contas: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Plano de Contas. As variações do Patrimônio Líquido. Receitas e Despesas. Noções das operações típicas de uma empresa. Balancete de Verificação. Noções de Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício.

Bibliografia Básica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

IUDICIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. Curso de contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia – livro texto. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. Contabilidade básica – livro texto. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008. _____ . Contabilidade empresarial. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, Clovis L. Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária – texto e exercícios. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar

ABREU, Ari F. de. Fundamentos de contabilidade utilizando o Excel. São Paulo: Saraiva; 2005.

CRUZ, June A. W; SCHIER, Carlos U. C; ANDRICH, Emir G. Contabilidade introdutória – descomplicada – com atualização da lei 11.638 em vigor desde janeiro de 2008. Curitiba: Juruá, 2008.

MÜLLER, Aderbal N. Contabilidade básica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

TRISTÃO, Gilberto; SILVA, Cesar A. T. Contabilidade básica. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Matemática I

Ementa

Revisão de matemática elementar. Funções de uma variável real. Limite e Continuidade. Derivadas. Integrais. Aplicações.

Bibliografia Básica

HARIKI, Seiji. Matemática Aplicada: Administração, Economia, Contabilidade. São Paulo: Saraiva, 2003.

HOFFMANN, Laurence D. Cálculo: Um Curso Moderno e suas aplicações. Rio de Janeiro: LTC S/A, 2002.

SIMON; Carl; BLUME, Lawrence. Matemática para economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Bibliografia Complementar

CHIANG, Alpha; WAINWRIGHT, Kevin. Matemática para economistas. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

Estatística I

Ementa

Conceitos básicos de estatística. Introdução à probabilidade.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Bibliografia Básica

ANDERSON, D.R.; SWEENEY, D.J.; WILLIAMS, T.A.; Estatística Aplicada à Administração e Economia. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
FONSECA, J. S. da. MARTINS, G. de A. Curso de estatística. São Paulo: Atlas, 1995.
FREUND, J. E.; SIMON, G. A. Estatística Aplicada: economia, administração e contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2000.

Bibliografia Complementar

BARBETTA, P.A. Estatística aplicada às ciências sociais. Florianópolis. Editora da UFSC, 2008.
BRUNI, A.L. Estatística Aplicada à Gestão Empresarial. São Paulo: Atlas, 2011.
BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. Estatística Básica, São Paulo: Atual Editora, 2003.
LARSON, R.; FARBER, L. Estatística aplicada. São Paulo: Prentice Hall do Brasil, 2004.
TRIOLA, M.F. Introdução à Estatística. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
FERREIRA, D.F. Estatística Básica. Lavras. Editora UFLA, 2005.

Seminário Integrador II

Ementa

Discussão de temáticas específicas, interdisciplinares de interesse do eixo gerencial, envolvendo a integração e aplicação dos conteúdos e atividades das disciplinas do período.

Bibliografia Básica

Contempla toda bibliografia utilizada pelas disciplinas do Eixo e mais a bibliografia definida pelos temas a serem trabalhados.

3º PERÍODO

Contabilidade Pública

Ementa

Receita e despesa pública. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Lei de Responsabilidade Fiscal e relatórios. RREO e RGFs.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, I: Contabilidade Pública: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2004.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

JANNY TEIXEIRA, H & SANTANA, S M. Remodelando a gestão pública. São Paulo: Edgard Blücher, 1994.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. Balanços públicos: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia Complementar

ANGELICO, J. Contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 1992.

CRUZ, F. Auditoria governamental. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDICIBUS, S; MARTINS, E; e GELBCKE, E R. Manual de contabilidade das sociedades por ações. FIPECAFI. São Paulo: Atlas, 1995.

Microeconomia

Ementa

Estudo do funcionamento do mercado, das decisões econômicas dos consumidores e dos produtores e os impactos de políticas econômicas, afim de entender o papel das estratégias na tomada de decisões, principalmente em oligopólios, apresentamos a teoria de jogos em nível introdutório. Nesse estudo busca-se analisar o equilíbrio de mercado (parcial), o impacto de choques exógenos no equilíbrio, elasticidades, os efeitos de bem-estar de políticas governamentais nos mercados competitivos, utilizando exemplos reais da economia Brasileira e internacional, para que o aluno esteja habilitado a analisar os problemas microeconômicos de maneira qualitativa e quantitativa.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. História do pensamento econômico. São Paulo, Ed. Atlas, 1986, 158 p.

GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de economia política. São Paulo, Saraiva, 1992, 462p.

PINDYCK, R.S. & RUBINFELD, D.L. Microeconomia: 4.ed. São Paulo, Makron, 1999.

VARIAN, H.R. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

Bibliografia Complementar

BAIDYA, T.K.N; AJUBE, F.A.L; MENDES, M.R.C. Introdução a microeconomia. São Paulo:Atlas, 1999.

COSTA, Fernando Nogueira da. Economia: em 10 lições. São Paulo, Makron Books, 2000, 430 p.

MONTORO FILHO, André Franco et alli. Manual de Economia: equipe de professores USP. São Paulo, Saraiva. 1998, 240 p.

Teorias da Administração



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ementa

Composição Organizacional: conceitos básicos sobre estrutura organizacional e o processo de organização. Gestão por função e gestão por processos. Sistema administrativo e mudança organizacional. Evolução das Teorias Administrativas (Continuação): Abordagem Comportamental (Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional); Abordagem Neoclássica (Teoria Neoclássica e Administração por Objetivos); Abordagem Contingencial (Teoria da Contingência). Administração na era digital (Benchmarking e Administração de Processos).

Bibliografia Básica

MAXIMIANO, A. C. A. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo:Atlas, 2006.
MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à Administração. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
MORGAN, G. Imagens da Organização. São Paulo: Atlas, 2002.
MOTTA, F. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Pioneira, 2002.

Bibliografia Complementar

CARAVANTES, G. Administração: teorias e processos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
CHIAVENATO, I. Administração nos Novos Tempos. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
LACOMBE, F; HEILBORN, G. Administração: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2003.
FERREIRA, A.A e outros, Gestão Empresarial, São Paulo: Pioneira, 1997.
GROVE, A, Administração de Alta Performance, São Paulo: Futura, 1995.
OLIVEIRA, D. Teoria Geral da Administração: uma abordagem prática. São Paulo:Atlas, 2008.
ROBBINS, S. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2005.
SILVA, R. O. Teorias da Administração. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
SORDI, J. Gestão por Processos: uma abordagem da moderna Administração. São Paulo: Saraiva, 2005.
TACHIZAHA, TAKESHY. Organização Flexível: qualidade na gestão por processos: São Paulo: Atlas, 1977

Estatística Avançada para Gestão

Ementa

A matéria trata de probabilidade, das distribuições discretas e contínuas de amostragem, dos intervalos de confiança e dos testes de hipótese.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Bibliografia básica

FONSECA, J. S. da., MARTINS, G. de A. Curso de estatística. São Paulo: Atlas, 1995.
FREUND, J. E.; SIMON, G. A. Estatística Aplicada: economia, administração e contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2000.
KAZMIER, L. J. Estatística aplicada à economia e administração. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.
LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando excel. São Paulo: Editora Campus, 2005.
LARSON, R.; FARBER, L. Estatística aplicada. São Paulo: Prentice Hall do Brasil, 2004.

Bibliografia Complementar

MARTINS, G. de A., DONAIRE, D. Princípios de estatística. São Paulo: Atlas, 1995.
MARTINEZ, F.; BISQUERRA, R.; SARRIERA, J. C. Introdução a estatística – spss. São Paulo: Artmed, 2004.

Instituições de Direito Público e Privado

Ementa

Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Subdivisões. Fontes do Direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo; Poder legislativo: função, organização, garantias; Poder Judiciário: funções, organização, garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta; Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem.

Bibliografia Básica

DALLARI, D.A. Elementos da Teoria Geral do Estado, São Paulo: Saraiva, 1989
MARTINS, S. P. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Atlas, 2002
PEREIRA, BRUNO YEPES. Curso De Direito Internacional Publico. São Paulo: Saraiva, 2009

Bibliografia Complementar

CARVALHO, K.G. Direito Constitucional Público, Belo Horizonte: Del Rey, 1999
DOWER, N. G. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Saraiva, 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SILVA, J.A. Curso de Direito Constitucional Positivo, São Paulo: Revista dos Tribunais/Malheiros Editores, 2002.

Metodologia de Estudo e Pesquisa em Administração

Ementa

Análise dos pressupostos da pesquisa, dos métodos, tipos e suas técnicas de pesquisa como forma de elaborar um projeto com estrutura e organização científica a partir de técnicas de estudos, organização de leitura e interpretação de texto.

Bibliografia Básica

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa. São Paulo: Cortez, 2002.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.

VERGARA, Sylvia C. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

NAHUZ, Cecília dos Santos; FERREIRA, Luzimar Silva. Manual para normalização de monografias. 3.ed. rev. atual. e ampl. São Luís, 2002

SALOMON, Délcio Vieira. Da pesquisa científica como processo. São Paulo: Martins Fontes, 2000 PÁDUA, Elisabete Matallo M. de. O processo de pesquisa. Campinas: Papyrus, 1996.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão & ZOUAIN, Deborah Moraes. Pesquisa qualitativa em Administração. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Seminário Temático I

Ementa

Contextualização de temas pertinentes aos fundamentos da Ciência Política. Organização do Estado e Ciência Política. Formas de governo. Sistemas de governo. Partidos políticos. Estrutura da administração pública Brasileira. Opinião pública. Sociedade, Estado, Governo e Direito. Democracia e Sociedade. População, povo, nação e território. Poder do Estado. Separação dos poderes.

Bibliografia:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar

BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de Ciência Política. “As formas de governo Presidencialismo e Parlamentarismo”, Brasília: Ed. UNB, pp.517-521, 1992.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BORON, Atilio. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOSCHI, Renato, DINIZ, Eli. O corporativismo na construção do espaço público. In: Corporativismo e Desigualdade – A Construção do Espaço Público no Brasil (BOSCHI, Renato R. Org.). Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora Ltda. IUPERJ, 1991.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Origens do Corporativismo Brasileiro. In: Corporativismo e Desigualdade – A Construção do Espaço Público no Brasil (BOSCHI, Renato R. Org.). Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora Ltda. IUPERJ, 1991.

BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CARNOY, M. Estado e teoria política. Campinas: Papirus, 1986.

DAHL, Robert Alan. Sobre a democracia. Brasília, DF: Editora UnB, 2001

DINIZ, Eli. Crise, Reforma do Estado e Governabilidade – Brasil, 1985-95. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2000.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MONTESQUIEU. O Espírito das Leis. São Paulo: Martin Claret, 2000.

OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva. São Paulo: Edusp, 1999.

PISIER, Evelyne. História das idéias políticas. São Paulo: Manole, 2004.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ROUSSEAU, Jean Jacques. O contrato social. São Paulo: Abril, 1973. (Os Pensadores)

VILLEY, Michel. A formação do pensamento jurídico moderno. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

4º PERÍODO

Auditoria e Controladoria

Ementa

Probidade administrativa. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública Fluxo da gestão governamental (PPA,LDO,LOA). Conceitos de Auditoria Governamental. Tipos de Auditoria Governamental. Controles da Administração Pública. Elaboração de Relatório de Auditoria. (Controladoria?)

Bibliografia Básica

CASTRO, R. Fundamentos de auditoria governamental e empresarial. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, M.; PETER, M. G. Manual de auditoria governamental. São Paulo: Atlas, 2003.

NAKAGAWA, M. Introdução à Controladoria, São Paulo: Atlas, 1994.

Bibliografia Complementar

CRUZ, Flávio da. Auditoria Governamental. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, C. Controladoria Estratégica e Operacional, São Paulo: Thomson, 2003.

SHANK, J. K. & GOVINDARAJAN, V. Gestão Estratégica de Custos. RJ: Campus, 1995.

Direito Administrativo

Ementa

Pessoas jurídicas administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública Direta e Indireta. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administrativo. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a administração pública.

Bibliografia Básica

DI PIETRO, M.S.Z. Direito Administrativo. 23. ed. São Paulo, Atlas, 2010.
JUSTEN FILHO, M. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005.
MEIRELLES, H.L. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2002.

Bibliografia Complementar

BASTOS, C.R. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 1995.
CRETELLA JR, J. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Forense, 1992.
MELLO, C.A.B. Curso de Direito Administrativo. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

Sociedade Moderna, Estado e Racionalidade

Ementa

A disciplina objetiva analisar a emergência da sociedade moderna, marcada pela urbanização e industrialização, e com ela o princípio de racionalização crescente da vida social. Para tanto, serão focos centrais de análise: o processo de burocratização das instituições sociais, o papel desempenhado pelo Estado moderno na intermediação dos conflitos sociais e na implementação da racionalidade, a separação crescente entre as dimensões públicas e privadas do espaço social, e as tensões entre ordem e conflito.

Bibliografia Básica

BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
FAORO, R. Os donos do poder: São Paulo: Globo, 1998.
MOTTA, P. Introdução à Organização Burocrática. São Paulo: Thompson, 2004.
WEBER. M. Economia e Sociedade. Brasília: UNB, 2002

Bibliografia Complementar

BRESSER, P. Reconstruindo um novo estado na America Latina. Escola Nacional de Administração Publica [ENAP]. Brasília. ENAP, 1998.
DINIZ, E. Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: Editora UNB, 1997
PEREIRA, B. O caráter cíclico da intervenção estatal. Revista de Economia Política 9(3), São Paulo: julho-setembro, 1989.
RAMOS, Alberto Guerreiro. A nova ciência das organizações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

Macroeconomia



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ementa

Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos; Contabilidade Nacional; Determinantes da demanda e oferta agregada; Moeda, juros e renda; Relações com o exterior; Equilíbrio geral; Política econômica; O papel do governo; Inflação.

Bibliografia Básica

BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira. Campinas: Alínea, 2006.
LOPES, L. M. & VASCONCELLOS, M A S. Manual de macroeconomia básico e intermediário. São Paulo: Atlas, 2000
MANKIW, N. G. Macroeconomia. Rio de Janeiro: LTC, 1995.

Bibliografia Complementar

BLANCHARD, O. Macroeconomics. New York: Prentice Hall, 1996.
DORNBUSH, R. e Fischer, S. Macroeconomics. 6. ed. New York: McGraw-Hill 1994.
HALL, R.E. e TAYLOR, J.B. Macroeconomia: Teoria, Desempenho e Política. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Comportamento Organizacional

Ementa

Análise da personalidade organizacional e sua influência na sociedade, para que dessa forma o comportamento em grupo, os conflitos e as suas soluções sejam trabalhadas em busca de uma maior cooperação na empresa.

Bibliografia básica

DAVIDOFF, L. Introdução a Psicologia. São Paulo: Ed. Pearson Makron, 2005.
MINTZBERG, H. Criando Organizações Eficazes. São Paulo: Atlas, 2006.
ROBINS, S. P. Comportamento Organizacional. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2005.
SOTO, E. Comportamento Organizacional. São Paulo: Thompson Pioneira, 2002.
WAGNER III, John A. Comportamento Organizacional. São Paulo: Saraiva, 2007.

Bibliografia Complementar

BLOCK, P. Comportamento Organizacional. São Paulo: Makron Books, 2004.
BRAGHIROLI, E. Psicologia geral. 22.ed. Porto Alegre: Ed.Vozes, 1990.
HALL, R. Organizações: Estruturas, processos e resultados. São Paulo: Prentice Hall, 204.
MOTTA, F. Organização e Poder. São Paulo: Ed. Atlas, 1986.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Teorias da Administração Pública

Ementa

O estado, governo e sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização: DASP, decreto-Lei nº 200/67; Constituição de 1988 e Emenda Constitucional 19/98. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Representação e participação: gestão pública e privada. Accountability e Responsiveness: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

Bibliografia Básica

BRESSER P. Reforma do Estado para a cidadania. São Paulo: Editora 34, 1998.
_____; SPINK, P (org). Reforma do estado e da administração pública gerencial. Rio: FGV, 1998.
PEREIRA, J M, Curso de Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar

AVELAR, L. Sistema político brasileiro, São Paulo: UNESP, 2004
BEHRING, E R. Brasil em contra reforma. São Paulo: Cortez, 2003
DOWBOR, L. Introdução ao Planejamento Municipal. São Paulo: Brasiliense, 1987.
FERLIE, E. A nova administração pública em ação. Brasília: ENAP, 1999
IGLESIAS, F. Trajetória política do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
NOGUEIRA, M A. Estado para a sociedade civil: São Paulo: Cortez Editora, 2004.
O'CONOOR, J. USA: A Crise do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
OSBORNE, D; GAEBLER, T. Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. 2. ed. Brasília: M.H. Comunicação, 1994.
RAMOS, A. Administração e contexto brasileiro. Rio: FGV, 1981.
SERRA, J. A Constituição e o Gasto Público. In Modernização Política e Desenvolvimento, Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

Seminário Temático II

Ementa

Abordagem das principais temáticas relativas aos arranjos intergovernamentais. Relações entre as distintas esferas de governo: poderes executivo, legislativo e



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

judiciário. Relações entre governos federal, estadual e municipal. Relações entre os diferentes órgãos do governo federal com órgãos estaduais e municipais. O papel das agências reguladoras. Relações entre os órgãos de um mesmo nível de governo. Estratégias de relações interorganizacionais e intergovernamentais. Definição de fronteiras e competências. Colaboração e consórcios. Conflitos interinstitucionais. Coordenação interórgãos.

Bibliografia Básica

ABRUCIO, Fernando Luiz; COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1999.
OLIVEIRA, F. A. Teorias da federação e do federalismo fiscal: o caso do Brasil. Belo Horizonte: EG/FJP, 2007 (Texto para Discussão).
PINTO, M. P. A.; BIASOTO JÚNIOR, G. Política fiscal e desenvolvimento no Brasil. Campinas: Unicamp, 2006.
SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 33. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010.

5º PERÍODO

Economia Brasileira

Ementa

Evolução histórica do desenvolvimento econômico brasileiro no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil e seus impactos para a sociedade: agricultura e indústria; comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores sócio-econômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.

Bibliografia Básica

BAER, W. A economia brasileira. São Paulo. Nobel, 1996
FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 23 ed. São Paulo, Nacional. 1989.
LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. Economia brasileira: da estabilização ao crescimento. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

LAFER, B. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
LOPES, L. Economia Brasileira: Da Estabilização Ao Crescimento. São Paulo: Atlas, 2009.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

VERSIANI, F. Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização, São Paulo: Saraiva, 1978

Gestão de Pessoas no Setor Público

Ementa

Evolução e tendências da gestão de pessoas na sociedade contemporânea. Planejamento Estratégico de Recursos Humanos; Gestão de competências e gestão de conhecimento. Gestão de pessoas no setor público: teoria e prática. Admissão e dispensa de servidores públicos. Servidores públicos: direitos, deveres e responsabilidades. Cargos e Salários, Programas de Incentivos e Benefícios; Desenvolvimento de Pessoal. Política de desenvolvimento dos servidores. Carreiras: estruturação dos Cargos e Funções no Setor Público. Prêmios e Recompensas. Avaliação de Desempenho Individual. Sistemas informatizados de administração de pessoal. Higiene e Segurança no Trabalho; Qualidade de Vida no Trabalho; Responsabilidade socioambiental; Integrar os conceitos de RH com o contexto geral da organização moderna e analisar a atual situação da área.

Bibliografia Básica

BERGAMINI, C.W. Avaliação de desempenho humano na empresa. São Paulo: Atlas, 1988.

BITENCOURT, C. et al. Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais. Porto Alegre: Bookman, 2004.

MORGAN, G. Imagens da Organização. São Paulo: Atlas 1996.

Bibliografia Complementar

AKTOUF, O. A administração entre a tradição e a renovação. Atlas, 1996.

BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DE MASI, D. Desenvolvimento sem trabalho. São Paulo: Esfera, 1999.

FERLIE, E. A Nova Administração Pública em Ação. Brasília: ENAP/UnB, 1999

FLEURY, A e FLEURY, M.T.L - Estratégias Empresariais e Formação de Competências. São Paulo, Atlas, 2000.

KÜLLER, J.A.. Ritos de passagem: gerenciando pessoas para a qualidade. São Paulo: Senac, 1996.

Direito Tributário

Ementa

Análise de conceitos de Direito Tributário, tais como, conhecimento sobre ramos do Direito Público, com ênfase no ramo do Direito Tributário. Dessa análise é feito um estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional, das normas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

gerais de Direito Tributário para que haja uma discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal.

Bibliografia Básica

ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio Bastos; SILVA, Paulo Henrique Feijó da. Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2.ed. Brasília: Gestão Pública, 2008.

BATISTA JUNIOR, O.A. O Planejamento Fiscal e a Interpretação no Direito Tributário. Belo Horizonte, Melhoramentos, 2002.

SABOYA, Maurício; BOUERI, Rogério. Aspectos do desenvolvimento fiscal. Distrito Federal: IPEA, 2007.

Bibliografia Complementar

CAMPOS, C.H.: Prática de Planejamento Tributário: como fazer Planejamento Tributário. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

BORGES, H.B. Planejamento Tributário : IPI, ICMS, ISS e IR. 6.ed. rev., São Paulo, Atlas, 2001.

_____. Gerência de Impostos: IPI, ICMS e ISS.3ª ed. São Paulo, Atlas, 2001.

Matemática Financeira e Análise de Investimento

Ementa

Capitalizações simples e composta. Descontos simples e compostos. Rendas certas. Rendas variáveis. Taxa interna de retorno. Equivalência de fluxos de caixa. Amortização de empréstimos. Noções de análise de investimento. Correção monetária. Fundamentos de investimentos de capital. Séries não homogêneas. Sistemas de amortização de dívidas. Equivalência de fluxos de caixa. Critérios de análise de investimentos: payback, retorno contábil, VPL, TIR, IL. Introdução a análise de títulos. Introdução à análise de projetos de investimentos.

Bibliografia Básica

ASSAF Neto, A. Matemática Financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 2000.

SAMANEZ, C.P. Matemática Financeira: Aplicações à Análise de Investimentos. São Paulo: Makron Books – 1999.

VIEIRA SOBRINHO, J.D. Matemática Financeira. São Paulo: Atlas, 1997.

Bibliografia Complementar

FARIA, R.G. Matemática Comercial e Financeira. São Paulo: Makron Books, 2000



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

HUMMEL, P. e TASCNNER, M. Análise e Decisão sobre Financiamento e Investimento. São Paulo: Atlas, São Paulo, 2002

Processos Organizacionais

Ementa

Organização e reorganização. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico. Processos. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional. Departamentalização. Centralização e Descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; Tendências atuais.

Bibliografia Básica

CASSARRO, Antonio Carlos. Sistemas de informações para tomadas de decisões. 4. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.
DIAS, S. Auditoria de Processos Organizacionais. São Paulo: Atlas, 2008.
OLIVEIRA, D. Estrutura Organizacional. São Paulo: Atlas, 2006

Bibliografia Complementar

DAFT, R. L. Teoria e Projeto das Organizações, 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
GIBSON, J.L., IVANCEVICH, J.M., DONNELLY, J.H. - Organizações: Comportamento, Estrutura e Processos. São Paulo: Atlas, 1981.
HARVARD BUSINESS REVIEW. Tomada de decisão. Rio: Campus, 2001.
LAWRENCE, P.R., LORSCH, J.W. - O Desenvolvimento de Organizações: Diagnóstico e Ação. São Paulo: Edgard Blücher, 1972
RAIFFA, H. Teoria da decisão: aulas introdutórias sobre escolhas em condições de incerteza. São Paulo: Vozes - EDUSP, 1977.
SALERNO, MARIO SERGIO. Projeto de organizações integradas e flexíveis. São Paulo: Atlas, 1999
VASCONCELLOS, E. e HENSLEY J.R. Estrutura das Organizações: Estruturas Tradicionais, Estruturas para Inovação, Estrutura Matricial. São Paulo: Pioneira, 1991.

Seminário Temático III

Ementa

Estudo dos principais aspectos inerentes aos sistemas de Accountability. Conceitos de *accountability* e a democracia. Abordagem legal e de poder. Transparência, controle, responsabilidade, responsividade e prestação de contas. Mecanismos e técnicas organizacionais para *accountability*. *Accountability* horizontal e vertical. Fontes de controle externas e internas. Alvos ativos e passivos da *accountability*. Controle social e seus diferentes aparatos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Bibliografia Básica

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. Finanças públicas, democracia e *accountability*. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. *Economia do Setor Público no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ETZIONI, Amitai. Concepções alternativas de *accountability*: o exemplo da gestão da saúde. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora UnB, 2009. (Pg. 287-301).

HEIDEMANN, Francisco G. Ética de responsabilidade: sensibilidade e correspondência a promessas e expectativas contratadas. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora UnB, 2009. (Pg. 301- 9).

Artigos

(disponíveis em meio eletrônico)

BEHN, Robert D. O novo paradigma da gestão pública e a busca da *accountability* democrática. *Revista do Serviço Público (RSP/ENAP)*. Ano 49, nr. 4, pgs. 5-45, Out-Dez, 1998. Disponível em:

http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2712

CENEVIVA, Ricardo; FARAH, Marta Ferreira Santos. Avaliação, informação e responsabilização no setor público. *Revista da Administração Pública*, 46 (4), 993-1016, jul./ago. 2012. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7121/5672>

DOIN, Guilherme A.; DAHMER, Jeferson; SCHOMMER, Paula. Chies; SPANIOL, Enio L. Mobilização social e coprodução do controle: o que sinalizam os processos de construção da Lei da Ficha Limpa e da Rede Observatório Social do Brasil de Controle Social. *Pensamento & Realidade*, v. 27, p. 56-78, 2012.

Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/12648>

PINHO, J.A.G. e SACRAMENTO, A.R.S. *Accountability*: já podemos traduzi-la para o português? *Revista da Administração Pública*, 43 (6): 1343-68, nov./dez. 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6898>

ROCHA, Arlindo Carvalho. *Accountability* na administração pública: modelos teóricos e abordagens. *Contabilidade, Gestão e Governança*. Brasília, v. 14, n. 2, p. 82-97, mai./ago. 2011. Disponível em: http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/314/pdf_162

SCHOMMER, Paula Chies e MORAES, Rubens Lima. Observatórios sociais como promotores de controle social e *accountability*: reflexões a partir da experiência do



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Observatório Social de Itajaí. Recife, *Gestão.Org. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*: 8 (3), 298-326, Set/Dez 2010. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/viewFile/244/186>

6º PERÍODO

Políticas Públicas e Sociais

Ementa

Escalas de poder e formulação de políticas públicas para o desenvolvimento sócio-territorial. Espaços públicos e gestão governamental para o desenvolvimento sustentável. Relação entre políticas públicas e políticas sociais. Programas de intervenção e qualificação de territórios: o papel dos governos federal, estadual e municipal. Sustentabilidade ambiental. Controle social de recursos públicos. Programas, projetos e ações em políticas públicas. Avaliação em políticas públicas.

Bibliografia Básica

ARRETCHE, M. Estado federativo, políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo; Fapesp, 2003.
KEYNES, J. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Atlas, 1990.
NUNES, E. Agências Reguladoras e a Reforma do Estado no Brasil. Rio de Janeiro – Garramond Ltda, 2007.

Bibliografia Complementar

BARROS, P.L. et alli. Avaliação de políticas públicas. Campinas: NEPP, 1999.
BID. A Política das Políticas Públicas. São Paulo: Campus, 2007.
TEIXEIRA, E. C.; RIBEIRO, I. (orgs.) Políticas Públicas e Cidadania. Coleção Ufba em Campo - Estudos. Salvador: EDUFBA/PROEX, 2001.

Logística e Suprimentos na Área Pública

Ementa

Análise de compra e da cadeia de suprimento de diferentes modos, tornando-se instrumentos de política pública. Considerando esses fatos, esta disciplina pretende discutir princípios, métodos e técnicas de logística e gestão da cadeia de suprimentos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

aplicados às organizações públicas e correlatas, de acordo com critérios de justiça, eficiência econômica e respeito ao meio ambiente.

Bibliografia Básica

- FRITZMMONS, J.A. Administração de Serviços. Porto Alegre: Bookman, 1998.
JOHNSTON, R.; clark, g. Administração de Operações de Serviço. São Paulo: Atlas, 2002.
SLACK. N. Administração da Produção. São Paulo: Atlas, 2002.

Bibliografia Complementar

- DIAS, M. Administração de materiais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 1996.
MALLIAGROS, T. G. O impacto da infra-estrutura sobre o crescimento da produtividade do setor privado e do produto brasileiro: Análise empírica e evolução histórica. Rio de Janeiro: EPGE/Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Planejamento e Programação na Administração Pública

Ementa

Teorias e modelos de planejamento governamental. Evolução do planejamento governamental no Brasil. Enfoque sistêmico e estratégico de planejamento. Características e etapas do planejamento. Métodos e técnicas do planejamento. Estrutura e sistema de planejamento governamental: PPA. Planejamento e políticas públicas. Técnicas de programação governamental. Avaliação e acompanhamento de ações governamentais. Construção de indicadores de desempenho governamental.

Bibliografia Básica

- FLEURY, A. C. Estratégias empresariais e formação de competências. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2004.
LAFER, BETTY M., Planejamento no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.
SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

- ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio Bastos; SILVA, Paulo Henrique Feijó da. Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2.ed. Brasília: Gestão Pública, 2008.
CARVALHO, HORÁCIO M., Introdução à teoria do planejamento. São Paulo: Brasiliense, 1976.
HUERTAS, F. O método PES: entrevista com Matus. São Paulo: FUNDAP, 1996.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MATUS, C. Estratégias políticas. São Paulo: FUNDAP, 1996.

MATUS, C. Adeus, senhor presidente: governantes governados. São Paulo: FUNDAP, 1997.

Processos e Tomada de Decisão

Ementa

Administração como um processo de tomada de decisões empresarial: análise estratégica, alocação e mobilização dos recursos, especificações e desempenho. Tipos de decisão. Métodos e processos de tomada de decisão. Instrumentos para a tomada de decisão. Governança Pública. Estado e regulação econômica. Agências Reguladoras e análise de impacto regulatório.

Bibliografia Básica

GIBSON, J.L., IVANCEVICH, J.M., DONNELLY, J.H. - Organizações: Comportamento, Estrutura e Processos. São Paulo: Atlas, 1981.

HARVARD BUSINESS REVIEW. Empreendedorismo e estratégia. Rio: Campus, 2002.

VASCONCELLOS, E. e HENSLEY J.R. Estrutura das Organizações: Estruturas Tradicionais, Estruturas para Inovação, Estrutura Matricial. São Paulo: Pioneira, 1991.

Bibliografia Complementar

DAFT, R. L. Teoria e Projeto das Organizações, 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

LAWRENCE, P.R., LORSCH, J.W. - O Desenvolvimento de Organizações: Diagnóstico e Ação. São Paulo: Edgard Blücher, 1972

RAIFFA, H. Teoria da decisão: aulas introdutórias sobre escolhas em condições de incerteza. São Paulo: Vozes - EDUSP, 1977.

SALERNO, MARIO SERGIO. Projeto de organizações integradas e flexíveis. São Paulo: Atlas, 1999.

Seminário Temático IV

Ementa

Elementos fundamentais dos Serviços Públicos. Discussão das funções desempenhadas pelo Estado na regulação e implementação dos Serviços Públicos, em sua atuação na ordem econômica, abordando temas como processo administrativo, responsabilidade civil do Estado.

Bibliografia básica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

ZANELLA DI PIETRO, Maria Sylvia. Curso de direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2010.

7º PERÍODO

Estratégias de Desenvolvimento Social de Territórios

Ementa

Território: conceitos e teorias de espaço, poder e território; análise, gestão e planejamento. Escalas territoriais: local, regional e global. Estratégia: conceitos e teorias, potencialidades e limitações. Identidade cultural e diversidade. Questão ambiental dos territórios. Perspectiva estratégica do desenvolvimento sustentável e da qualificação territorial.

Bibliografia Básica

BOURDIEU, Pierre . O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1998.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. Economia popular: uma via de modernização para Alagoas. 4.ed. Maceió, AL: EDUFAL, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

Bibliografia Complementar

FISCHER, T. Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. MAC-ALLISTER, Mônica (Org.). Emergência do espaço organizacional para a gestão social. In: Colóquio Internacional sobre Poder Local: Gestão XXI, gestão social e gestão do desenvolvimento, 9, Salvador. Anais ... Salvador: UFBA/EA/NPGA/NEPOL/PDGS, 2003.

Finanças Públicas e Orçamento

Ementa

Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Política fiscal e atividade econômica e finanças públicas. Renúncia de receita. Política fiscal e



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

distribuição de renda. Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento. O ciclo orçamentário. A elaboração do orçamento. A Execução Orçamentária e Financeira. Lei 4320/64, Plano Pluri-anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei. Orçamentária Anual. Lei de Responsabilidade Fiscal.

Bibliografia Básica

CASTRO, A. A economia brasileira em marcha forçada. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GIAMBIAGI, F. et al. Finanças públicas: teoria e prática. Rio de Janeiro, Campus, 1999.

REZENDE, F. Finanças públicas: São Paulo: Atlas, 2006.

Bibliografia Complementar

BRESSER P. A crise do Estado: ensaios sobre a economia brasileira. São Paulo: Nobel, 1992.

CAMPELLO, C. Administração financeira municipal. São Paulo: Atlas, 2000.

FILELLINI, A. A economia do setor público. São Paulo: Atlas, 1990.

GIACOMONI, J. Orçamento público. 11 ed. Amp. Rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2002.

KILSZTAJN, S. (Org.). Déficit e dívida pública. São Paulo: PUCSP, 1996.

Governança na Administração Pública

Ementa

Orçamento público. Atores e fóruns do processo de elaboração orçamentária. Orçamento público, planejamento e gestão. Lei 4320/64, Plano Pluri-anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei. Orçamentária Anual. Lei de Responsabilidade Fiscal. A experiência do orçamento participativo. Experiências internacionais em direção à transparência e governança

Bibliografia Básica

GIACOMANI, J. Orçamento Público. São Paulo, 11ª Edição. Ed Atlas.

SILVA, J. Manual de Execução Orçamentária e contabilidade pública. Brasília: Ed Brasília Jurídica, 1998.

ALBUQUERQUE, C. Gestão de Finanças Públicas – Fundamentos e Práticas de planejamento, Orçamento e Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal. Brasília, 2006.

Bibliografia Complementar

JUND, S. Direito Financeiro e Orçamento Público. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

VASCONCELOS, A. Orçamento Público. Rio de Janeiro. Ed. Ferreira 2007.

CARVALHO, D. Orçamento e Contabilidade Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PASCOAL, V. Direito Financeiro e Controle Interno. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Lei Federal 4320/64.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lei Federal 101/2000 – Lei de responsabilidade Fiscal.

Seminário Temático V

Ementa

Contextualização das temáticas envolvendo a mensuração de resultados nas políticas públicas e ações governamentais. Metodologias de avaliação de serviços públicos. Conceituação. Objetos, tipos e metodologias de avaliação. Sistemas de informação e bases de dados sobre políticas e serviços públicos. Análise e avaliação de projetos e programas públicos. Pesquisas de avaliação de tipo quantitativo e de tipo qualitativo. O gerenciamento de resultados. Avaliação por resultados intermediários: produtos e serviços prestados. Avaliação por impactos finais. A avaliação de resultados como instrumentos de ampliação da participação cidadã e da *accountability* do serviço público.

Bibliografia Básica

CANO, I. Introdução à avaliação de programas sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
MARINO, E. Manual de avaliação de projetos sociais. 2. ed. São Paulo: Saraiva; Instituto Ayrton Senna, 2003.
WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. Avaliação de programas: Concepções e práticas. São Paulo: Gente; Edusp; Instituto Fonte; Instituto Ayrton Senna, 2004.

Bibliografia Complementar

ALECIAN, S.; FOUCHER, D. Guia de gerenciamento no setor público. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Revan, 2001.
ARMANI, D. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006.
BOSI, M. L. M.; MERCADO, F. J. (orgs.). Avaliação qualitativa de programas de saúde: Enfoques emergentes. Petrópolis: Vozes, 2006.
CHIANCA, T.; MARINO, E.; SCHIESARI, L. Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil. Rio de Janeiro: Global, 2001.
COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
DENHARDT, J. V.; DENHARDT, R. B. The new public service: Serving, not steering. Armonk: M. E. Sharpe, 2003.
TROSA, S. Gestão pública por resultados: Quando o Estado se compromete. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Enap, 2001.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

8º PERÍODO

Comunicação nas Organizações Públicas

Ementa

Estruturação da tecnologia de informação e comunicação no setor público. Legislação e políticas de tecnologia de informação para prestação de serviços públicos. Planejamento estratégico de sistemas de informação governamental. Gerência de custos de sistemas de informação governamental. Avaliação e projetos dos fluxos totais de informação na organização. Técnicas básicas de marketing em organizações que não visam o lucro, contemplando os problemas, vantagens, obstáculos e oportunidades a ele associados. Filosofia, papel e impacto do marketing nas organizações e na sociedade.

Bibliografia Básica

BATISTA, Emerson de Oliveira. Sistemas de informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2004.
CASSARRO, A.C. Sistema de informações para tomada de decisões. São Paulo: Pioneira, 1999.
KOTLER, P. Administração de Marketing: análise, planejamento e controle. São Paulo. Atlas, 1991.

Bibliografia Complementar

BOAR, B. Tecnologia da Informação - A arte do Planejamento Estratégico - 2. ed., São Paulo: Berkeley, 2002.
GARFINKEL, S. Comércio & segurança na web: riscos, tecnologias e estratégia. São Paulo: Market Press, 1999.
HARVARD BUSINESS REVIEW. Gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.
KOTLER, P. Marketing no Setor Público. Porto Alegre: Bookman, 2008.
STAIR, R.M. Sistemas de informação: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
VAZ, G. Marketing Institucional: O Mercado de Idéias e Imagens. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
YOURDON, E. Análise estruturada de sistemas. Rio: Campus, 1990.

Marcos Regulatórios



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ementa

Marcos regulatórios da gestão pública e gestão social no Brasil. Conceito de “poder regulador”: aspectos sociopolíticos; aspectos jurídicos decorrentes de novos parâmetros provenientes de construções múltiplas de esferas públicas não estatais e estatais. Figuras jurídicas e legislação pertinente à gestão pública municipal e à gestão de organizações da sociedade civil - Termos de Parceria, Lei das OSCIPs, Títulos de Utilidade Pública, Certificados.

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. 12. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2005.
MEIRELLES, H. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.
PIOVESAN, F. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002.

Bibliografia Complementar

ALVAREZ, S. Cultura política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
ARAÚJO, L. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. São Paulo: Editora Atlas, 2005.
DAGNINO, E. Sociedade Civil e espaços públicos. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
PIOVESAN, F. Direitos humanos, globalização econômica e integração regional: desafios do direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002.
RESEK, J. F. Direito Internacional Público: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 1998.
RUBARTH, E. A diplomacia brasileira e os temas sociais: o caso da saúde. Brasília: Instituto Rio Branco/ Centro de Estudos Estratégicos, 1999.
SANTOS, W. Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Elaboração e Gestão de Projetos

Ementa

Planejamento e projeto. Habilidades de gerente de projetos. Ciclos e fases do projeto. Identificação de restrições. Planejamento de recursos e estimativas. Planejamento. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto. Aceleração de projetos. Organização geral. Aplicação de técnicas de Gantt, CPM, PERT/TEMPO e PERT/CUSTO. Uso de software para gerenciamento de projetos.

Bibliografia Básica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

COHEN, E. Avaliação de projetos sociais. Petropolis-RJ: Vozes, 2001.
HELDMAN, K. Gerência de projetos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
MENEZES, L.C.M. Gestão de Projetos. São Paulo: Atlas, 2001.
WOILER, S. Projetos: planejamento, elaboração, análise. São Paulo: Atlas, 1996.

Bibliografia Complementar

BUARQUE, C. Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática. Rio de Janeiro: Campus, 1984.
CONTADOR, C. R. Avaliação social de projetos. São Paulo: Atlas, 1988.
MELNICK, Julio. Manual de de projetos de desenvolvimento econômico (Nações Unidas). RJ: Unilivros, 1981.
SENGE, P.M. A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. – 7ªed. – São Paulo: Editora Best Seller, 1990.
VALERIANO, Dalton L. Gerência em Projeto. Makron Books. S. Paulo, 1998.

Seminário Temático VI

Ementa

Aspectos sobre o patrimônio público e a gestão de espaços urbanos. Teorias, modelos e técnicas contemporâneas e principais tendências para gerir a administração pública com destaque para o patrimônio histórico, a cultura etc. A relação cidade-campo. Processo de urbanização. Funções urbanas e classificação das cidades e regiões. O crescimento urbano.

Bibliografia Básica

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. 2001. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm, acessado em 17/02/2013.
CORREA, Roberto. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2000.
SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade** – Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 2001.
_____. Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro 2003.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Estatuto da Cidade. Guia para Implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001. Disponível em http://www.unc.br/mestrado/mestrado_materiais/estatuto_cidade_2002.pdf, acessado em 17/02/2013.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

_____. **Política Nacional de Mobilidade Urbana.** 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm, acessado em 17/02/2013.

_____. **Plano Nacional de Saneamento Básico.** 2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm acessado em 17/02/2013.

_____. **Política Nacional de Resíduos Sólidos.** 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm, acessado em 17/02/2013.

_____. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm, acessado em 17/02/2013.

_____. **Sistema Nacional de Habitação.** 2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111124.htm, acessado em 17/02/2013.

19.2 DISCIPLINAS ELETIVAS

Relações Internacionais e Poder Local (40 horas)

Ementa

O desenvolvimento e a cooperação internacional. O Global e o Local. Os atores da cooperação internacional: agências multilaterais, bancos de desenvolvimento, agências bilaterais. Temas emergentes da agenda internacional, tais como a governança urbana, a redução da pobreza, a segurança alimentar, os direitos humanos e a ação humanitária. Análise crítica do discurso e da prática das agências. Fórum Social Mundial versus Fórum Social Econômico.

Bibliografia Básica

IANNI, Octavio. A Era do Globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
MILANI, Carlos; ARTURI, Carlos e SOLINÍS, Germán (orgs.). Democracia e Governança Mundial. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2002, 295 p.
SOREANO PECEQUILO, Cristina. Introdução às Relações Internacionais: Temas, Atores e Visões. Petrópolis: Vozes, 2004.

Bibliografia Complementar

MARCOVITCH, Jacques (org.). Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão. São Paulo: EDUSP.
MILANI, Carlos. Governança Global, reorganização da política em todos os níveis de ação. Série Pesquisas, Fundação Konrad Adenauer, 1999, n° 16, pp. 97-128.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

TEIXEIRA, Elenaldo. O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez Editora, Salvador: UFBA, Recife: Equip, 2001, 224 p.

Gestão de Organizações Associativas e Empreendimentos Solidários (40 horas)

Ementa

Discussão acerca de elementos teóricos e empíricos da economia solidária, procurando problematizar a temática e identificando estratégias que permitam construir uma sociedade baseada em democracia econômica, com dignidade e justiça social. Análise de aspectos da economia solidária, com ênfase no caso brasileiro, tais como: cooperativas; associações, redes e fóruns existentes; Discussão sobre os fundamentos (conceituais, teórico-metodológicos) do desenvolvimento local sustentável. Diversidade cultural. Análise de experiências de sucesso com ênfase no caso brasileiro e, em especial, nordestino.

Bibliografia básica

BUARQUE, Sérgio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. Economia popular: uma via de modernização para Alagoas. 4.ed. Maceió, AL: EDUFAL, 2010.
Francisco de Melo (Orgs.). Economia Solidária e Autogestão. Ponderações teóricas e achados empíricos. Maceió: Edufal, 2005.
LIMA, Margarida Maria Feliciano de. Projeto de economia solidária no BNB: subsídios para avaliar a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Fortaleza: 2010. - Banco do Nordeste do Brasil, 130 p. (Série BNB Teses e Dissertações ; 19)
SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. 2.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

Bibliografia Complementar

FRANCO, Augusto. Porque precisamos de desenvolvimento local integrado sustentável. 2 ed. Brasília: Millennium/Instituto de Política, 2000.
FRIEDEN, Jeffrey A. Capitalismo global: história econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008
MELO, Ricardo Lacerda; HANSEN, Dean Lee (org.). Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões. Aracaju: Editora UFS, 2007.
SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

Incubação de Empreendimentos Sócio-produtivos (40 horas)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ementa

Projetos de Incubação no Brasil: origem, conceitos, metodologias, possibilidades e limites. Incubadoras Universitárias. Modelos de Gestão e Incubação. Financiamento. Sistematização do Conhecimento.

Bibliografia Básica

BIAGIO, Luiz Arnaldo. Incubadoras de empreendimentos orientados para o desenvolvimento local e setorial: planejamento e gestão. Brasília: ANPROTEC: SEBRAE, 2006.

GUIMARÃES, Gonçalo; SALOMÃO, Inessa. Planejamento e gestão de incubadoras de tecnologias sociais para o desenvolvimento: características e instrumentos. Brasília: Anprotec: SEBRAE, 2006.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Bibliografia Complementar

JUSTINO, Maria José. (Org.). Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares: a experiência da UFPR. Curitiba: UFPR/PROEC, 2002.

MEIRA, Ludmila. A gestão de empreendimentos econômicos solidários: Olhares das ITCPs USP, UFRJ e UNEB (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, 2005. Salvador. Bahia.

OLIVEIRA, Luiz José Rodrigues de; DAGNINO, Renato Peixoto. As Fragilidades das Incubadoras Universitárias de Cooperativas no Brasil. In: Jornada Latinoamericana de Ciência Tecnológica e Sociedade – ECOSITE, V, 2004, Toluca-México, Anais..., Toluca, 2004.

SOUZA, Maria Carolina de Azevedo Ferreira de; AZEVEDO, Alessandra de; OLIVEIRA, Luiz José Rodrigues de; BALDEÓN, Naguyen Tufino. Incubadora Tecnológica de Cooperativas – ITCP x Incubadora de Empresas de Base Tecnológica - IEBT – Diferenças e semelhanças no processo de Incubação. In: 10th Latin-American Seminar of Technology Management. Anais... México, 2003.

SINGER, P. Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.) A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2003a. p.111-122.

Direito Municipal (40 horas)

Ementa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Estado brasileiro e a origem do Município. Teoria Geral da ação municipal. Autonomia. Organização do Município. O Poder Legislativo. O Poder executivo municipal. Competência Municipal. Meios de ação municipal: Servidores municipais, bens públicos municipais, Administração dos bens municipais, Finanças municipais, Serviços públicos municipais, Poder de Polícia Municipal. Política Urbana municipal. Controle das Funções Municipais. Responsabilidade de prefeitos e Vereadores.

Bibliografia Básica

CASTRO, José Nilo. Direito Municipal Positivo. Belo Horizonte: Del Rey
FERREIRA, W. J. O Município à Luz da Constituição Federal de 1988, Edipro, 1993.
SIGUIN, E. Estatuto da cidade. Rio de Janeiro: Forense. 2002.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, F. D. Motivação e Controle de Ato Administrativo, Belo Horizonte; Del Rey, 1992.
BASTOS, E. C. (Coord.). Novos Rumos da Autonomia Municipal. São Paulo: Max Limonad, 2000.
BRAZ, Petrrônio. Direito Municipal Positivo. 4ª ed. São Paulo: LED, 2001.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
SILVA, J. A. O Município da Constituição de 1988. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

Gestão Ambiental e Sustentabilidade (40 horas)

Ementa

A evolução da consciência ambiental. Novos padrões ambientais. Economia ambiental e aspectos regionais do meio ambiente no Brasil. Valoração ambiental e instrumentos econômicos para a gestão ambiental. Tomada de decisão ambiental na perspectiva pública. Sistema de gestão ambiental. Fundamentos de ecologia: princípios e conceitos. O meio ambiente como campo de conflitos sociais na defesa dos interesses difusos; as questões ambientais globais e acordos internacionais. O desenvolvimento sustentável: concepções e conceitos. As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável. Agenda de desenvolvimento sustentável: agenda 21.

Bibliografia Básica

CAMARGO, A. L. Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios. Campinas: Papirus, 2003.
PUTNAM, R.D.; LEONARDI, R.t; NANETTI, R.Y. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RIBEIRO, Helena; VARGAS; Helena Comin (orgs.). Novos Instrumentos de Gestão Urbana. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

Bibliografia Complementar

BUARQUE, S. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

JARA, C. J. A sustentabilidade do desenvolvimento local. Recife: SEPLAN – PE, 1998.

LITTLE, P (org). Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Petrópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003.

MARICATO, E. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson. (orgs.) Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004;

RAMOS, Maria Helena Rauta (org.). Metamorfoses sociais e políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002;

Licitações e Contratos (40 horas)

Ementa

Licitação: noção geral, legislação e princípios. Modalidades. Concorrência. Tomada de preços. Convite. Concurso. Leilão. Pregão. Registro Cadastral. Registro de preços. Comissão de licitação. Fases do processo licitatório. Instauração ou abertura: o edital. Habilitação. Classificação. Julgamento. Homologação. Adjudicação. Dispensa e inexibilidade. Anulação e revogação da licitação. Controle da licitação. Recursos Administrativos. Tutela Penal. Contrato administrativo. Traços Distintivos entre o contrato administrativo e o contrato de direito privado. Direito Positivo: Normas constitucionais e legislação ordinária. Características dos contratos administrativos. Presença da administração pública como poder público. Finalidade pública. Obediência à forma prescrita em lei. Procedimento legal. Contrato de adesão. Natureza intuito personae. Presença de cláusulas exorbitantes. Exigência de garantia. Alteração unilateral. Rescisão unilateral. Fiscalização. Anulação. Contrato de obras. Contratos de serviço. Contrato de compra.

Bibliografia Básica

DALLARI, Adílson Abreu. Aspectos Jurídicos da Licitação. São Paulo: Saraiva, 2007.

JUSTEN F. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Rio de Janeiro: Dialética, 2005

PEREIRA, J. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 1ªed. Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

BANDEIRA M. Curso de Direito Administrativo, São Paulo: Malheiros, 2002.
CHIARADIA, B. O Novo Código Civil e os Contratos Administrativos da Lei 8666/93. São Paulo, Temas & Idéias, 2004.
CRETILLA JR. Curso de Direito Administrativo, Rio: Forense, 2001.
TOLOSA F. Pregão: uma nova modalidade de licitação. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

Negociação e Arbitragem (40 horas)

Ementa

Noções gerais sobre ADR (Alternative Dispute Resolution). Noções gerais do conflito. Negociação: conceitos e princípios; o conflito; o negociador; o objeto; o lugar; os modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; feedback. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; a sentença arbitral.

Bibliografia básica

BAZERMAN, M.H. e NEALE, M.A. Negociando Racionalmente. Editora Atlas, 1995.
COSTA, Sérgio de Freitas; LIMA, Jose Guilherme de Heraclito; MOURÃO, Alessandra Nascimento S. L.; MAFREDI, Denise. Gestão de negociação: como conseguir o que se quer sem ceder o que não se deve. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
FISHER, Roger e URY, William. Como chegar ao Sim. Editora Imago, São Paulo, 1985.

Bibliografia Complementar

LITTLEJOHN, S.W. Fundamentos teóricos da comunicação humana. Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1988.
WATZGAWICK, P. et all. Pragmática da comunicação humana. São Paulo, Cultrix, 1967.

LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais) (60 horas)

Ementa

Noções básicas da língua de sinais brasileira. Conceitos, cultura e a relação histórica da surdez com a língua de sinais. A gramática da língua de sinais. Aspectos sobre a educação de surdos. Teoria da tradução e interpretação. Técnicas de tradução em Libras /Português; técnicas de tradução em Português/Libras.

Bibliografia básica

FERREIRA, Lucinda. Por uma gramática de línguas de sinais. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO,
BACHARELADO, EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: ARTMED, 1997.

SACKS, Oliver W; MOTTA, Laura Teixeira. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Iniciação à produção científica

Ementa

Pesquisa e comunicação científica; canais de comunicação científica; planejamento, redação e revisão do texto; estrutura do artigo científico; ética na publicação; escolha do evento ou periódico; submissão do artigo científico; avaliação do artigo.

Bibliografia básica

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith, GEWANDSZNAJDER, Fernando. O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia complementar

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

PEREIRA, Mauricio Gomes. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

SANTO, Antonio. Anatomia de um artigo. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

VIEIRA, Sonia. Como elaborar questionários. São Paulo: Atlas, 2009.